



**RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO**

**1. MENSAGEM DO PRESIDENTE**

O ano de 2018 foi repleto de desafios e conquistas para a Companhia, destacando: • Avanço da nossa estratégia comercial na unidade de negócio Rental, iniciada em 2017, com foco na recuperação de preços, na maior cobertura de mercado com a diversificação da base de clientes e no aumento da rentabilidade. Os desafios estavam na estratégia de melhoria de preços e na estruturação mais estruturada da demanda por localidade, possibilitando ajustar a sensibilidade de recuperação de preços. Com isso, conseguimos entregar em dezembro de 2018 um aumento do Ticket Médio (Preço/Mix), dos contratos de giro, de aproximadamente 35% quando comparado ao mesmo período do ano anterior; • Novo ciclo do projeto de redimensionamento da estrutura da unidade de negócio Construção, para adequar os produtos e os esforços para os mercados onde nós sempre tivemos um diferencial maior: as obras de maior porte e complexidade. Assim, o plano englobou o fechamento de quatro depósitos, com a redução de aproximadamente 28% do seu volume de ativos em toneladas. Essa estratégia também está diretamente relacionada à busca pelo *break even* de caixa da unidade de negócio Construção em 2019. Cabe ressaltar que a Companhia continuará a manter sua presença nacional e que as despesas com efeito caixa de reestruturação foram custeadas pela própria venda dos equipamentos desse segmento, como usado ou sucata. Mesmo com a racionalização ao longo dos anos, continuamos líderes em termos de volume de equipamentos; • Eleição de novo Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores, James Guerreiro, em 02 de julho de 2018; • Aprovação do novo Plano de Incentivo com Ações Restritas da Companhia em 18 de julho de 2018, com o principal objetivo de tornar o pacote de remuneração competitivo junto ao mercado, alinhar expectativas, motivar os colaboradores e alavancar o desempenho operacional do negócio; • Celebração do Acordo de Incorporação em 20 de dezembro de 2018, de caráter vinculante, entre a Mills e a Solaris, segundo maior player do mercado brasileiro de locação e venda de Plataformas Aéreas, conforme fato relevante divulgado em 21 de dezembro de 2018; e • Cumprimento dos covenants originais das debêntures, atrelados ao Ebitda Ajustado. Outros fatores que contribuíram para os desafios de 2018 eram exógenos à nossa indústria com o ano de eleição presidencial, bem como com uma greve de caminhoneiros no meio do percurso. **Para o ano de 2019**, estamos bastante otimistas. Acreditamos que na unidade de negócio Construção seja exequível a entrega do equilíbrio de caixa e na unidade de negócio Rental continuaremos na trajetória de busca pela recuperação da rentabilidade. Uma vez aprovada a combinação de negócios entre Mills e Solaris em AGE, o maior desafio será atingir todas as frentes da integração, com atenção especial à Cultura, Processos e Tecnologia da Informação, visando capturar sinergias de forma consistente. Para concluir, a preservação de caixa e a retomada da lucratividade continuarão sendo tratados como nossa prioridade. Com isso, acreditamos estarmos mais preparados para enfrentar o ano de 2019. Agradecemos nossos colaboradores pela dedicação e comprometimento, o apoio dos nossos clientes, fornecedores, acionistas, conselheiros e demais públicos e parceiros.

**2. DESCRIÇÃO GERAL DO NEGÓCIO**

Temos mais de 65 anos de história e somos a maior empresa de locação de plataformas aéreas da América Latina e a maior empresa de soluções de engenharia de infraestrutura do Brasil. Em 2017, fomos reconhecidos internacionalmente pelo nosso compromisso em oferecer a melhor qualidade em treinamentos para operadores de plataformas aéreas no Brasil. Estamos presentes em todo o território nacional, proporcionando uma relação mais próxima do cliente e rapidez no atendimento para prover a solução mais adequada para cada tipo de desafio. A qualidade diferenciada da formação do nosso time, aliado à experiência diversificada e parcerias internacionais com empresas líderes de mercado, nos permite entregar soluções customizadas e com a mais avançada tecnologia. Nossa unidade de negócio Rental atua no comércio, locação e distribuição de plataformas aéreas, bem como de suas peças e componentes, e na assistência técnica destes equipamentos. Já a nossa unidade de negócio Construção atua basicamente na locação e vendas de formas e escoramentos para construção civil, com fornecimento dos projetos de engenharia relacionados, supervisão e opção de montagem. Nós desfrutamos de forte reputação em função da prestação de serviços de maneira consistente, confiável e com qualidade, observando todas as normas técnicas de segurança.

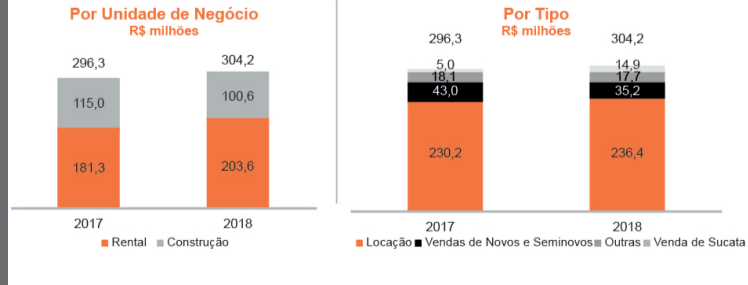
**3. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS ENTRE MILLS E SOLARIS**

Em 20 de dezembro de 2018, foi celebrado um Acordo de Incorporação de caráter vinculante, entre a Mills, os seus acionistas controladores, a Solaris e os seus acionistas controladores por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para uma Combinação de Negócios entre a Mills e a Solaris. Entre outras disposições, o Acordo de Incorporação: (a) prevê a incorporação da Solaris Participações pela Mills, com os acionistas da Solaris Participações tornando-se titulares de 30,22% do capital social da nova Companhia; (b) contém declarações e obrigações habituais para este tipo de transação; e (c) estabelece o cumprimento de certas condições precedentes para a concretização da Operação, tal como o consentimento de credores da Mills e da Solaris. A referida relação de troca é final e foi confirmada pelas partes após negociações independentes e a realização de procedimentos de diligência financeira, legal e operacional. Com a Combinação de Negócios, a Companhia busca reforçar sua posição de destaque no segmento de aluguel de equipamentos com um mix de negócios mais atrativo e maior capacidade para atender clientes dos mais variados setores da economia e regiões do Brasil, combinando as melhores práticas operacionais e as equipes de ambas empresas. Adicionalmente, terá melhores perspectivas de crescimento e rentabilidade através da otimização das operações e absorção de sinergias, gerando valor para seus acionistas. Conforme já divulgado, uma vez concluída a integração de Mills e Solaris, o que deve levar de 12 a 18 meses (pós closing), estima-se que haja oportunidade para captura de sinergias no montante aproximado de R\$30 milhões¹ por ano, para a qual deverão ser investidos, entre capex e opex, aproximadamente R\$20 milhões (Mills + Solaris) ao longo do período de integração. Adicionalmente, entrará em vigor um acordo de acionistas, a ser celebrado entre os Acionistas Controladores Mills e os Acionistas Controladores Solaris, que regulará o exercício dos direitos políticos e econômicos destes na qualidade de acionistas da Companhia, como por exemplo: (a) os Acionistas Controladores Mills permanecerão como acionistas controladores da Mills e terão o direito de nomear a maioria do Conselho de Administração da Companhia; (b) os Acionistas Controladores Solaris terão alguns direitos de veto; e (c) existirão restrições padrão de mercado para a transferência de ações vinculadas ao acordo de acionistas. As Assembleias Gerais dos Acionistas da Mills e da Solaris, necessárias para o fechamento da Combinação de Negócios, serão convocadas assim que concluída a verificação de todas as condições precedentes. A Companhia manterá o mercado informado sobre quaisquer desdobramentos relacionados à Combinação de Negócios.

**4. DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO**

R\$ milhões	2017 (A)	2018 (B)	(B)/(A)	(B)-(A)
Receita líquida de vendas e serviços	296,3	304,2	2,7%	7,9
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(18,3)	(32,2)	-13,5%	42,6
<b>Lucro bruto</b>	<b>(18,3)</b>	<b>32,2</b>	<b>-275,6%</b>	<b>50,5</b>
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(170,2)	(163,4)	-4,0%	6,8
Reversão (perdas) estimadas por valor não recuperável e valor justo	(2,0)	(2,0)	-0,1%	0,0
Outras receitas	1,6	6,8	332,9%	5,3
<b>Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro</b>	<b>(189,0)</b>	<b>(126,4)</b>	<b>-33,1%</b>	<b>62,5</b>
Resultado financeiro	(13,6)	(12,8)	-5,4%	0,7
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(202,5)</b>	<b>(139,2)</b>	<b>-31,2%</b>	<b>63,3</b>
Imposto de renda e contribuição social	64,1	44,3	-31,0%	(19,9)
<b>Lucro (prejuízo) líquido do período</b>	<b>(138,4)</b>	<b>(95,0)</b>	<b>-31,4%</b>	<b>43,4</b>
EBITDA CVM	(43,2)	0,3	-100,6%	43,5
Margem EBITDA CVM(%)	-14,6%	0,1%	-100,6%	15,1
<b>EBITDA ex-não recorrentes</b>	<b>(5,0)</b>	<b>43,8</b>	<b>-977,2%</b>	<b>48,8</b>
Margem EBITDA ex-não recorrentes (%)	-1,7%	14,4%	-954,4%	15,1
<b>Fluxo de Caixa Operacional Ajustado¹</b>	<b>50,2</b>	<b>63,3</b>	<b>26,1%</b>	<b>13,1</b>
<b>Fluxo de Caixa Livre para a Firma Ajustado²</b>	<b>49,2</b>	<b>59,8</b>	<b>21,7%</b>	<b>10,7</b>
Saldo final de caixa (incluindo contas vinculadas)	218,3	149,4	-31,6%	(68,9)
Dívida bruta	299,4	181,2	-39,5%	(118,2)
Capex Bruto (regime de competência)	29,5	4,5	-84,6%	(24,9)

¹Para o fluxo de caixa operacional ajustado desconsideram-se os juros referentes a debêntures e Finame, investimento em locação e juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas. ²Para o fluxo de caixa livre para a firma ajustado desconsideram-se os juros referentes a debêntures e Finame e variações monetárias ativas e passivas líquidas. **4.1. Receita Líquida.** A receita líquida da Mills atingiu R\$304,2 milhões em 2018, aumento de 2,7% em relação ao ano anterior. As principais linhas que impactaram positivamente o resultado foram a venda de sucata, como resultado do plano de redimensionamento da unidade de negócio Construção, e a receita de locação, como resultado da recuperação da unidade de negócio Rental.



**4.2. Custos e Despesas (ex. Depreciação).** Os custos da Mills, excluindo depreciação, tiveram redução de 14,0% em relação ao ano anterior, principalmente em função do redimensionamento da unidade de negócio Construção e da menor venda de seminovos pela Rental. Considerando, ainda, que em 2018 passamos a classificar as receitas referentes à venda de sucata no top line, os respectivos custos foram reclassificados para COGS, sendo R\$6,6 milhões maiores que em

2017. As despesas gerais e administrativas, excluindo a Provisão para Perdas de Crédito Esperadas (PCE), apresentaram uma redução de 1,0% em relação ao ano anterior. Excluindo-se também as despesas não recorrentes (R\$18,6 milhões em 2017 e R\$32,3 milhões em 2018), houve redução de 12,0%, reflexo das medidas de racionalização de custos e despesas adotadas pela Companhia. Dos R\$11,6 milhões de redução nas despesas comerciais, operacionais e administrativas, aproximadamente R\$8 milhões referem-se à redução de custos com pessoal. Os itens não recorrentes são tratados mais adiante. Em 2018, a PCE somou R\$2,3 milhões (0,7% da receita líquida), em função de recebimentos extraordinários no ano, ante 3,6% em 2017.

	2017(A)	2018(B)	(B)/(A)	(B)-(A)
<b>COGS (ex-depreciação)</b>	<b>184,5</b>	<b>158,6</b>	<b>-14,0%</b>	<b>(25,8)</b>
Custo de locação (manutenção, pessoal, depósitos, etc.)	118,2	97,0	-18,0%	(21,2)
Custo das vendas de equipamentos novos	4,2	7,4	78,1%	3,2
Custo das vendas de equipamentos seminovos	28,9	19,4	-32,7%	(9,5)
Baixa de Ativos	8,6	3,6	-58,3%	(5,0)
Custo das vendas de sucatas	24,7	31,3	26,8%	6,6
<b>SG&amp;A (ex-depreciação)</b>	<b>144,4</b>	<b>143,0</b>	<b>-1,0%</b>	<b>(1,4)</b>
Comercial, operacional e administrativo	78,9	67,3	-14,7%	(11,6)
Serviços gerais	37,6	31,2	-17,0%	(6,4)
Outras despesas	28,0	44,5	59,1%	16,5
<b>PCE</b>	<b>10,6</b>	<b>2,3</b>	<b>-78,5%</b>	<b>(8,3)</b>
<b>COGS + SG&amp;A (ex-depreciação)</b>	<b>339,5</b>	<b>303,9</b>	<b>-10,5%</b>	<b>(35,6)</b>

**4.3. Itens não recorrentes.** Em 2018, registramos R\$43,5 milhões de custos e despesas relacionados a itens não recorrentes, compostos principalmente por: (i) despesas de reestruturação, como reflexo principalmente da estratégia de redimensionamento da unidade de negócio Construção para adequar os produtos e os esforços à baixa atividade econômica, buscando o atingimento do *break even* de Ebitda proxy caixa em 2019; (ii) passivos da unidade de negócio Serviços Industriais, vendida em 2013; e (iii) despesas relacionadas ao projeto de combinação de negócios com a Solaris (estudos, due diligence, etc.), como segue:

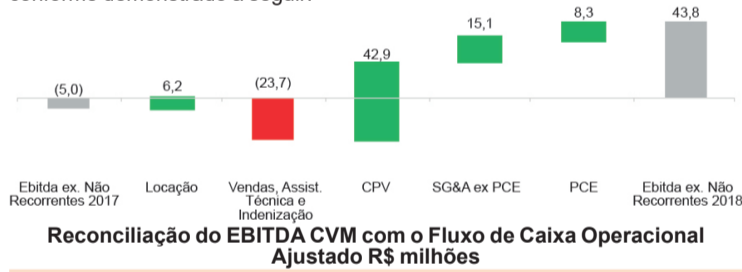
Não recorrentes - em R\$ milhões	(A)	(B)	(B)/(A)
<b>Total itens não recorrentes</b>	<b>-38,2</b>	<b>-43,5</b>	<b>13,8%</b>
<b>Despesas redimensionamento Construção</b>	<b>-32,7</b>	<b>-32,1</b>	<b>-1,6%</b>
Desmobilização filiais	-13,0	-20,9	60,3%
Receita venda de seminovos		15,5	
Custo venda de seminovos		-10,4	
Receita venda de sucata	5,0	14,9	197,2%
Custo venda de sucata	-24,7	-31,3	26,8%
<b>Combinação de negócios Mills e Solaris</b>	<b>-5,6</b>	<b>-6,1</b>	<b>8,7%</b>
Outras despesas não recorrentes	-6,0	-0,4	-6,1
Impairment Rohr	0,4	-6,1	-1743,7%
Despesas Mills SI			

No ano de 2018, então, foi finalizado o processo de desmobilização de quatro filiais de Construção: Brasília, Belo Horizonte, Recife e São Luis. Com isso, encerramos o ano com quatro filiais operacionais e aproximadamente 62 mil toneladas de equipamentos nessa unidade de negócio, mantendo presença nacional. Adicionalmente, foram realizadas as mudanças das filiais da Rental de Belém e Recife. É importante ressaltar que as despesas com efeito caixa de reestruturação são custeadas pela venda dos próprios equipamentos de Construção, como seminovo ou sucata. Em 2018, a Companhia realizou todos os testes necessários, não tendo sido necessária a constituição de impairment em nenhuma das unidades geradoras de caixa. Durante o exercício de 2018, a Companhia fez a revisão do valor justo do instrumento financeiro relativo ao investimento na Rohr por meio de estudo interno. O valor justo desse ativo foi determinado com base em projeções econômicas de mercado, pela abordagem de renda, por intermédio de projeção de fluxo de caixa descontado pelo prazo de dez anos mais perpetuidade, para fins de fundamentação do valor registrado contabilmente, haja vista o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura e construção civil. A receita foi projetada com base no Produto Interno Bruto (PIB) mais Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerando multiplicadores. Os custos foram projetados baseados em uma meta de margem bruta, que estabiliza em 65%. As despesas foram projetadas conforme variação do IGPM Também foi considerada a necessidade de capital de giro e investimentos para manutenção do ativo testado. Os respectivos fluxos foram descontados por taxa de desconto de 15,2%, incluindo prêmio por tamanho de 4,2%, obtida através de metodologia utilizada pelo mercado, o custo médio ponderado de capital (WACC). Não foi considerada taxa de crescimento em termos reais na perpetuidade. Em função desse estudo, a Administração estima que o valor justo do investimento na Rohr em 31 de dezembro de 2018 é de R\$54,5 milhões (R\$55,2 milhões em 31 de dezembro de 2017). A variação bruta do valor justo foi de R\$0,8 milhão, sendo a variação líquida de R\$0,5 milhão considerando o efeito do imposto de renda e da contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2018, registrada no patrimônio líquido da companhia.

**4.4. EBITDA e Margem EBITDA.**

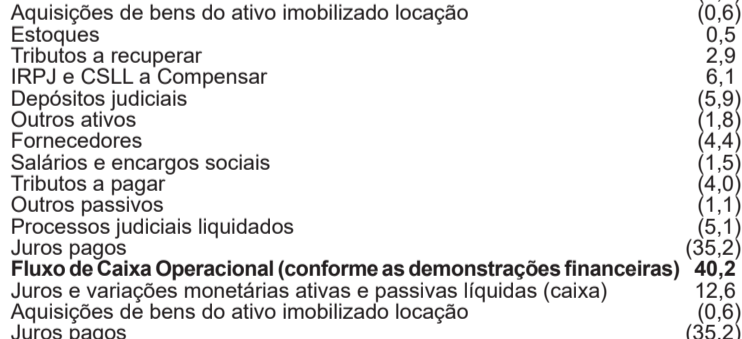
	2017	2018	(B)/(A)	(B)-(A)
<b>EBITDA CVM</b>	<b>-43,2</b>	<b>0,3</b>	<b>-100,6%</b>	<b>43,5</b>
Redimensionamento de Construção	-32,7	-32,1	-1,6%	0,5
Despesas da unidade de negócio SI	-5,6	-6,1	8,7%	(0,5)
Combinação de negócios com Solaris	0,0	-5,3	(5,3)	(5,3)
<b>EBITDA Ajustado (ex-não recorrentes)</b>	<b>-5,0</b>	<b>43,8</b>	<b>-977,2%</b>	<b>48,8</b>

Como visto acima, o EBITDA CVM foi positivo em R\$0,3 milhão no ano de 2018, refletindo uma importante evolução em relação ao ano anterior. Desconsiderando os itens não recorrentes, o EBITDA Ajustado é de R\$43,8 milhões em 2018, conforme demonstrado a seguir:



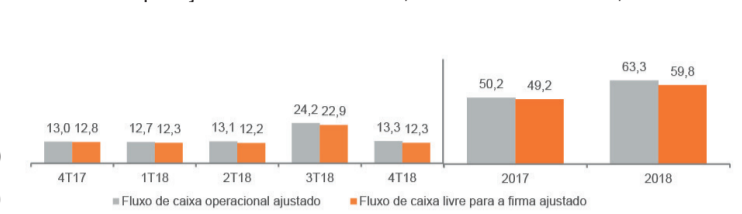
	2018
<b>EBITDA CVM</b>	<b>0,3</b>
<b>Não Caixa</b>	<b>81,1</b>
Provisão para riscos tributários, cívicos e trabalhistas	7,0
Provisão para despesa com opções de ações	0,7
Benefícios pós-emprego	1,1
Valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis vendidos e baixados	59,3
Provisão (reversão) para perdas de crédito esperadas	2,3
Provisão (reversão) para perdas estimadas por valor não recuperável	2,0
Provisão (reversão) para estoques de giro lento	0,3
Provisão (reversão) para redução ao valor realizável líquido	(1,6)
Provisão para ajuste de inventário de equipamento de locação	
Ajuste IFRS 9/CPC 48	0,0
Provisão para Participação no Resultado	8,0
Outras provisões	1,9
<b>EBITDA CVM ex- provisões não caixa</b>	<b>81,4</b>
<b>Caixa</b>	<b>(41,2)</b>
Juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas (caixa)	12,6
Contas a receber	(3,7)
Aquisições de bens do ativo imobilizado locação	(0,6)
Estoques	0,5
Tributos a recuperar	2,9
IRPJ e CSLL a Compensar	6,1
Depósitos judiciais	(5,9)
Outros ativos	(1,8)
Fornecedores	(4,4)
Salários e encargos sociais	(1,5)
Tributos a pagar	(4,0)
Outros passivos	(1,1)
Processos judiciais liquidados	(5,1)
Juros pagos	(35,2)
<b>Fluxo de Caixa Operacional (conforme as demonstrações financeiras)</b>	<b>40,2</b>
Juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas (caixa)	12,6
Aquisições de bens do ativo imobilizado locação	(0,6)
Juros pagos	(35,2)
<b>Fluxo de Caixa Operacional Ajustado</b>	<b>63,3</b>

**4.5. Resultado Financeiro.** O resultado financeiro foi negativo em R\$12,6 milhões em 2018, contra um valor negativo de R\$13,6 milhões em 2017, como consequência da redução no endividamento pela amortização de R\$141,3 milhões de dívida no ano, sendo 98% referentes às debêntures. **4.6. Resultado Líquido.** Em 2018, o prejuízo líquido foi de R\$95,0 milhões frente R\$138,4 milhões registrados em 2017. **4.7. Endividamento.** A dívida bruta da Mills encerrou o ano de 2018 em R\$181,2 milhões. A Companhia permanece geradora de caixa operacional, encerrando o ano com R\$60,6 milhões em disponibilidades (livres), R\$88,8 milhões em contas vinculadas (garantia das debêntures) e, sendo assim, com dívida líquida de R\$31,8 milhões. Em 31 de dezembro de 2018, além de verificar a adequação aos covenants das debêntures atrelados ao FCO Ajustado (a relação Dívida Líquida/FCO Ajustado foi 0,5x e a relação FCO Ajustado/Resultado Financeiro foi 4,9x), a Mills também cumpriu os covenants originais atrelados ao Ebitda Ajustado, com uma relação Dívida Líquida/Ebitda Ajustado de 0,7x e relação Ebitda Ajustado/Resultado Financeiro igual a 3,4x. A Companhia não possui dívida em moeda estrangeira e o prazo médio para o pagamento do seu endividamento total é de 0,9 ano, com custo médio de CDI + 2,41% a.a.. A dívida de curto prazo no final do ano corresponde a 69,4% do total. O gráfico a seguir apresenta o cronograma de pagamento da dívida:



² 2ª emissão de Debêntures - IPCA + 7,0% ³ 3ª emissão de Debêntures - 116,0% CDI 4 Finame

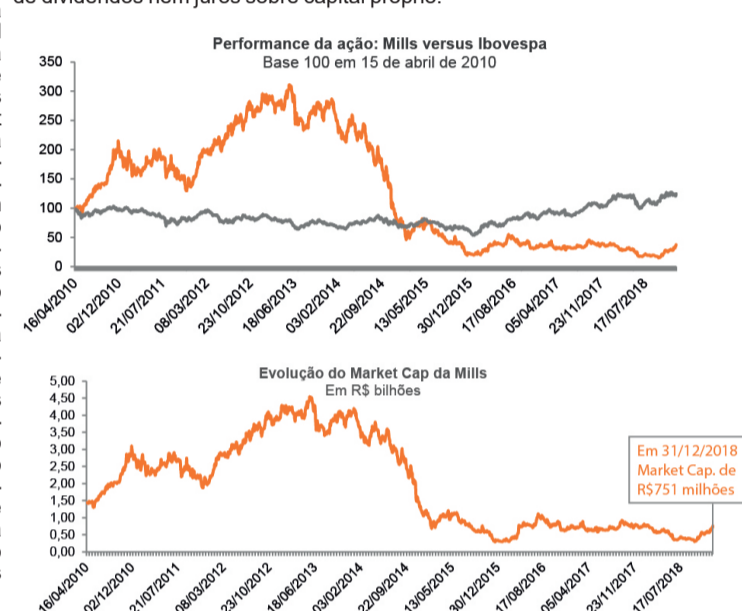
Adicionalmente, conforme fato relevante divulgado em 22 de fevereiro de 2019, os titulares das debêntures da Mills aprovaram em Assembleia Geral de Debenturistas realizada na mesma data: (i) a anuência prévia para a incorporação, pela Companhia, da Solaris Participações, Equipamentos e Serviços S.A., no contexto da combinação de negócios citada anteriormente; (ii) a permissão para realização de operações de mútuo com suas controladas ou sociedades ligadas no montante de até R\$25 milhões; (iii) a alteração do mecanismo da conta vinculada das Debêntures, prevista nos respectivos contratos de cessão fiduciária, a fim de permitir a utilização de parte de tais recursos na própria amortização das parcelas das Debêntures; e (iv) outras matérias relacionadas na ordem do dia. **4.8. Fluxo de Caixa Ajustado¹.** O fluxo de caixa operacional ajustado, antes de juros pagos, aquisição de bens de locação e juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas, foi positivo em R\$63,3 milhões em 2018. Na comparação com o ano de 2017, houve aumento de 26,1%.



**4.9. Investimentos.** No ano de 2018, a Companhia investiu R\$4,5 milhões, sendo R\$2,9 milhões destinados principalmente para benfeitorias e adequações de filiais e R\$1,6 milhão para ativos de locação. Para o ano de 2019, considerando a taxa de utilização bem em ambas as unidades de negócio, bem como os preços de locação atualmente praticados, não são esperados investimentos para ampliação de capacidade da Companhia, podendo haver movimentos de melhoria do perfil da frota de plataformas aéreas, de acordo com a demanda do mercado.

**5. COMPORTAMENTO DAS AÇÕES (B3: MILS3)**

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social votante e total da Mills era constituído de 175.586.442 ações ordinárias, sendo que os acionistas controladores detinham, em conjunto, 34,5% do capital social votante e total. Nesse mesmo período, a Companhia mantém 2.278.422 ações em tesouraria. O *free float* era igual a 63,8%. O preço de fechamento da ação da Mills na B3, em 31 de dezembro de 2018, foi igual a R\$4,28, com aumento de 3,9% em relação ao preço de fechamento do ano de 2017, enquanto o índice IBOVESPA teve uma variação positiva de 15,0% no mesmo período. No final de 2018, o valor de mercado (*market cap*) da Mills era igual a R\$751,5 milhões. Desde sua abertura do capital, em 15 de abril de 2010, até o final de 2018, a MILS3 apresenta desvalorização de 62,8%, versus uma valorização de 24,6% do Índice IBOVESPA. O volume financeiro médio diário das ações da Mills negociadas em 2018 na B3 foi de R\$2,1 milhões, sendo 35,2% inferior ao reportado no ano anterior. Em função dos resultados apurados no exercício de 2018, não houve distribuição de dividendos nem juros sobre capital próprio.



**6. GOVERNANÇA CORPORATIVA**

A Companhia busca implementar as mais elevadas práticas de governança corporativa para agregar valor aos acionistas e ao mercado em geral. Desde a abertura de capital, a Companhia aderiu ao Novo Mercado, nível mais elevado de Governança da B3. Em 31 de dezembro de 2018, considerando a renúncia apresentada pelo Sr. Fabio Bruggioni no final do ano, o Conselho de Administração era composto por quatro membros, sendo dois co-presidentes e um membro indicado pelos minoritários, com mandato de 2 anos. O Conselho de Administração da Companhia apreciará oportunamente a referida vacância e a eleição de um novo membro. Alinhada às boas práticas de governança corporativa, a Mills possui dois comitês de assessoramento ao Conselho de Administração. Cabe aos comitês tornar a atuação do Conselho de Administração mais eficiente, potencializando as discussões pertinentes com recomendações fundamentadas, auxiliando no desempenho de suas funções legais e estatutárias. Tais comitês têm caráter não-permanente e podem ser livremente criados ou extintos pelo Conselho de Administração, sendo: (i) Comitê de Finanças e Riscos, composto pelos membros Eduardo Luiz Wertzmann (Membro Independente do Conselho de Administração) e Roberto Pedote (Co-Presidente do Conselho de Administração); e (ii) Comitê de Gente e Gestão, composto pelos membros Roberto Pedote, Francisca Nacht (Membro do Conselho de Administração) e Marcelo Luis Orticeili. A Companhia ainda possui um Conselho Fiscal instalado desde 2011, o qual é composto por três membros efetivos, sendo um indicado pelos acionistas minoritários. A Diretoria da Mills é composta por quatro membros, incluindo o Diretor Presidente. Na busca constante pelo aprimoramento de iniciativas que visam assegurar o alinhamento e a uniformidade dos padrões éticos e morais da Companhia, o Código de Conduta foi revisado e aprovado pelo Conselho de Administração em 3 de julho de 2018. A Companhia possui, ainda, um canal de denúncia ativo, administrado por uma empresa especializada,



**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)**

Ativo	Nota	31/12/2018	31/12/2017	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2018	31/12/2017
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	60.635	67.826	Fornecedores	16	15.703	16.898
Depósitos bancários vinculados	7	62.000	63.291	Salários e encargos sociais		12.730	14.185
Contas a receber	8	56.491	56.757	Empréstimos e financiamentos	17	3.177	3.182
Estoques	9	15.297	16.089	Debêntures	18	122.552	122.094
Estoques - outros ativos mantidos para venda	10	58	4.246	Programa de recuperação fiscal (REFIS)	23	1.391	1.345
IRPJ e CSLL a compensar	11	400	6.531	Tributos a pagar	24	2.493	5.451
Tributos a recuperar	11	4.110	6.983	Provisão para participação nos resultados	20.a	8.000	-
Adiantamento a fornecedores		169	176	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar			3
Outros ativos		5.228	3.376	Instrumentos financeiros derivativos			-
Ativos mantidos para venda	12	4.989	7.151	Provisão para benefícios pós-emprego			963
		209.377	232.426	Outros passivos		311	1.300
						166.360	165.439
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Depósitos bancários vinculados	7	26.810	87.228	Empréstimos e financiamentos	17	2.535	5.688
IRPJ e CSLL diferidos	21.b	205.299	159.973	Debêntures	18	52.921	168.411
Depósitos judiciais	22.a	17.194	10.968	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22	25.142	21.364
Outros ativos		80	82	Programa de recuperação fiscal (REFIS)	23	6.358	7.492
		249.383	258.251	Provisão para benefícios pós-emprego	20.b	10.441	7.939
				Outros passivos		582	663
						97.979	211.557
						264.339	376.996
Investimentos Ativos financeiros pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes	13	54.451	55.234	<b>Total do passivo</b>		688.319	688.319
Imobilizado	14	467.444	639.689	Patrimônio líquido		25	33.714
Intangível	15	33.993	37.976	Capital social subscrito	25	33.714	32.964
		555.888	732.899	Reservas de capital	25	55.275	151.459
		1.014.648	1.223.576	Reservas de lucros	25	(20.287)	(20.287)
				Ações em tesouraria	25	(6.712)	(5.875)
				Ajuste de avaliação patrimonial	25	750.309	846.580
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		1.014.648	1.223.576

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)**

	Capital social subscrito	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ações em tesouraria	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
<b>Em 1º de janeiro de 2017</b>	688.319	49.383	(18.448)	32.611	63.649	193.580	(20.287)
Prêmio de opções de ações	-	2.029	-	-	-	-	2.029
Ajuste de valor justo Investimento Rohr	-	-	-	-	-	(9.142)	(9.142)
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	(5.875)	(5.875)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(138.381)	(138.381)
Absorção do prejuízo do exercício	-	-	-	(63.649)	(74.732)	-	138.381
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	688.319	51.412	(18.448)	32.611	118.848	(20.287)	(5.875)
Ajuste na adoção inicial CPC 48/IFRS 9	-	-	-	-	-	(1.215)	(1.215)
<b>Em 1º de janeiro de 2018</b>	688.319	51.412	(18.448)	32.611	118.848	(20.287)	(5.875)
Prêmio de opções de ações	-	750	-	-	-	-	750
Ajuste de valor justo Investimento Rohr	-	-	-	-	-	(517)	(517)
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	(320)	(320)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(94.969)	(94.969)
Absorção do prejuízo do exercício	-	-	-	-	(96.184)	-	96.184
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	688.319	52.162	(18.448)	32.611	22.664	(20.287)	(6.712)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**1. Contexto operacional**

A Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. ("Mills" ou "Companhia"), uma sociedade anônima de capital aberto, está sediada na Cidade do Rio de Janeiro - Brasil. A Companhia atua basicamente nos mercados de infraestrutura, imobiliário e industrial, desempenhando as seguintes atividades principais: (a) Locação e vendas, inclusive importação e exportação, de estruturas tubulares, escoramentos e equipamentos de acesso em aço e alumínio para construção civil, bem como formas de concretagem reutilizáveis, com fornecimento dos projetos de engenharia relacionados, supervisão e opção de montagem. (b) Comércio, locação e distribuição de plataformas aéreas de trabalho e manipuladores telescópicos de carga, bem como suas peças e componentes, e assistência técnica e manutenção destes equipamentos. (c) Participação como acionista ou cotista em outras Companhias ou sociedades. O estatuto da Companhia também prevê: (a) Locação, montagem e desmontagem de andaimes de acesso em áreas industriais. (b) Prestação de serviços de pintura industrial, jateamento, isolamento térmico, caldeiraria e refratários, bem como os demais serviços inerentes a tais atividades. As operações da Companhia estão segmentadas de acordo com o novo modelo de organização e gestão aprovado pela Administração, contendo as seguintes unidades de negócio: Construção e Rental. Conforme descritivo apresentado na nota explicativa 32. **Operação de combinação de negócios Mills e Solaris:** A Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A., em atendimento ao disposto no artigo 157, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 358, de 3 de janeiro de 2002, comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral a celebração de memorando de entendimentos em 25 de setembro de 2018, de caráter preliminar e não vinculante, entre a Companhia, os seus acionistas controladores ("Acionistas Controladores Mills"), a Solaris Equipamentos e Serviços S.A. ("Solaris"), e os seus acionistas controladores ("Acionistas Controladores Solaris" e, em conjunto com a Companhia, a Solaris, os Acionistas Controladores Mills, "Partes") por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições preliminares para uma potencial combinação de negócios entre a Mills e a Solaris ("Operação" e "Combinação de Negócios", respectivamente). A Combinação de Negócios, cuja submissão para as autoridades concorrenciais brasileiras e estrangeiras é dispensada: (a) não resulta na obrigação de realizar oferta pública de aquisição, nos termos do Artigo 34, parágrafo 9º, do estatuto social da Companhia; e (b) não acarreta o direito de retirada para os acionistas da Mills. Com a Combinação de Negócios, a Companhia busca reforçar sua posição de destaque na indústria de aluguel de equipamentos com um mix de negócios mais atrativo, maior escala e melhores perspectivas de crescimento e rentabilidade, com a otimização das operações e a absorção de potenciais sinergias. Adicionalmente, a Companhia alcançará melhores condições para atender aos clientes de diversas indústrias pelo Brasil, combinando as melhores práticas operacionais e as equipes de ambas empresas para fornecer maiores benefícios para os clientes, assim como valor para os acionistas. A partir de outubro de 2018, a Mills e a Solaris conduziram auditorias mútuas (Due Diligence) com a participação de consultorias externas e colaboradores. E, como resultado dessas auditorias, foram confirmadas as condições previamente estabelecidas, por meio da assinatura do Acordo de Incorporação, definitivo e vinculante, celebrado entre os Acionistas Controladores da Mills e dos Acionistas Controladores da Solaris, em 20 de dezembro de 2018, relativo à combinação de seus negócios. A concretização da combinação de negócios, por meio da qual a Mills se tornará detentora da totalidade das ações da Solaris e os acionistas da Solaris se tornarão detentores de 30,50% das ações da Mills (excluindo as ações em tesouraria), ainda está sujeita à verificação de condições precedentes, habitualmente praticadas pelo mercado nesse tipo de transação, incluindo a aprovação pelos órgãos societários de ambas as empresas e a obtenção de consentimentos de credores. Uma vez implementada a Combinação de Negócios, entrará em vigor um acordo de acionistas, a ser celebrado entre os Acionistas Controladores Mills e os Acionistas Controladores Solaris, o qual regulará o exercício dos direitos políticos e econômicos destes na qualidade de acionistas da Companhia, como por exemplo: (a) os Acionistas Controladores Mills permanecerão como acionistas controladores da Mills e terão o direito de nomear a maioria do Conselho de Administração da Companhia; (b) os Acionistas Controladores Solaris terão alguns direitos de veto; e (c) existirão restrições padrão de mercado para a transferência de ações vinculadas ao acordo de acionistas.

**2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis**

**2.1. Base de apresentação. (i) Declaração de conformidade.** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. As informações contábeis contidas nessas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2019. As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, pelo valor justo por meio do resultado e por meio de outros resultados abrangentes (Notas Explicativas nºs 4, 6, 7, 8, 13 e 33). **(ii) Moeda funcional e moeda de apresentação.** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. **(iii) Resultado por segmento de negócio.** O resultado por segmento de negócio é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões da Companhia. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, responsável pela execução das decisões estratégicas da Companhia, emanadas do Conselho de Administração. **(iv) Demonstrações de valor adicionado (DVA).** Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira e como informação suplementar ao requerido pelas IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. **2.2. Principais políticas contábeis. (i) Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e outros afins. Incluem depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor. **(ii) Depósitos bancários vinculados.** Depósitos bancários vinculados são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de liquidação ou reposição de garantias de determinado empréstimo ou financiamento de curto e longo prazo. Esses depósitos são bloqueados ou com restrição de movimentação por força de cláusula contratual. **(iii) Instrumentos financeiros.** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte

das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. (iii.1) Ativos financeiros. Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **a. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.** São classificados nessa categoria os ativos mantidos para negociação. Esses ativos financeiros são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se (i) for adquirido principalmente para ser vendido em curto prazo; ou (ii) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou (iii) for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de *hedge* efetivo. **b. Custo amortizado.** Ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais **c. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes.** Ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (iii.2) Passivos financeiros Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento e inicialmente mensurado a valor justo. Caso não seja classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão reduzem ou aumentam esse valor. **a. Outros passivos financeiros.** Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos e financiamentos e debêntures) são mensurados pelo valor de custo amortizado. Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. **(iv) Contas a receber de clientes.** As contas a receber são reconhecidas pelo regime de competência quando da prestação dos serviços e/ou venda para os clientes. Todas as contas a receber têm origem os serviços prestados ou as vendas de mercadorias pelas unidades de negócio da Companhia. As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo no momento da venda, ajustado pela redução ao valor recuperável sobre as contas a receber (provisão para perdas com créditos esperadas). A provisão para perdas com créditos esperadas é constituída quando há evidência objetiva de que a Companhia não conseguirá receber o montante total de acordo com os termos originais das contas a receber. Foi adotada a abordagem simplificada para o cálculo da provisão para perdas com créditos esperadas (PCE) sobre os recebíveis comerciais, por meio da matriz de provisão, onde são utilizadas as taxas de inadimplência históricas sobre o fluxo de caixa esperado do contas a receber. Foi identificado que os recebíveis comerciais da Companhia possuem características comuns de risco num mesmo segmento de negócio. Nessa abordagem foram definidas os principais conceitos utilizados no cálculo da provisão para perdas com créditos esperadas (PCE) da Companhia: • Definição dos agings por segmento de negócio; • Cálculo da perda esperada e o período histórico considerado (Jan a dez de 2018). • O cálculo é o resultado da inadimplência histórica dos últimos 12 meses aplicado aos saldos do contas a receber em cada um dos agings em cada Unidade de Negócio; e • São consideradas no cálculo todo o aging de faturas emitidas em aberto. **(v) Estoques.** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado pelo método de custo médio. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. Mensalmente, é feita a apuração e a contabilização da provisão para estoques de giro lento. São considerados como passíveis de provisionamento todos os itens do estoque sem movimentação há mais de um ano. **(v.1) Estoques - Outros ativos mantidos para venda.** São representados pelos bens anteriormente componentes do ativo imobilizado da Companhia, e atualmente separados dos ativos de locação em função do objetivo de venda destes. Tais ativos são mensurados em conformidade com os preceitos de venda destes. Tais ativos são mensurados em conformidade com os preceitos de venda destes. Tais ativos são mensurados em conformidade com os preceitos de venda destes. Tais ativos são mensurados em conformidade com os preceitos de venda destes. **(vi) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos.** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes no Brasil, na data da apresentação das demonstrações financeiras, que são 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas em relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras e sobre prejuízos fiscais e bases negativas. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável seja suficiente para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros sejam suficientes para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. **(vii) Ativos**

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)**

	Nota	2018	2017 (Reapresentado)
Receita líquida de vendas e serviços	28	304.189	296.282
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	29	(272.002)	(314.613)
Lucro (prejuízo) bruto		32.187	(18.331)
Despesas com vendas, gerais e administrativas	29	(163.400)	(170.169)
Reversão (perdas) estimadas por valor não recuperável e valor justo	30	(2.039)	(2.040)
Outras receitas		6.839	1.580
Prejuízo antes do resultado financeiro e impostos		(126.413)	(188.960)
Receitas financeiras	30.a	14.451	31.848
Despesas financeiras	30.b	(27.278)	(45.404)
Prejuízo antes dos impostos		(139.240)	(202.516)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	21.a	44.271	64.135
Resultado de operações continuadas		(94.969)	(138.381)
Prejuízo do exercício	27.a	(94.969)	(138.381)

Prejuízo básico e diluído por ação - R\$ (0,59) (0,86)  
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)**

	Nota	2018	2017
Prejuízo do exercício		(94.969)	(138.381)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		-	-
Ajuste de valor justo Investimento Rohr, líquido de impostos	13	(517)	(9.142)
Provisão para benefícios pós-emprego, líquido de impostos	20	(320)	(5.875)
Total do resultado abrangente do exercício		(95.806)	(153.398)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)**

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Prejuízo do exercício	(94.969)	(138.381)
Ajustes:		
Depreciação e amortização	126.684	145.720
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(44.271)	(64.135)
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	6.994	(637)
Provisão para despesa com opções de ações	750	2.029
Valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis vendidos e baixados	59.338	64.004
Juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas	25.443	42.811
Provisão para perdas de crédito esperadas	2.274	10.598
Provisão (reversão) para redução ao valor realizável líquido dos estoques mantidos para venda	(1.619)	1.619
Provisão por perdas estimadas por valor não recuperável e valor justo	2.039	2.040
Provisão (reversão) para estoques de giro lento	339	(1.914)
Provisão para ajuste de inventário de equipamento de locação	-	2.243
Benefícios Pós-Emprego	1.056	-
Ajuste IFRS 9/CPC 48	46	-
Provisão para Participação do Resultado (Outras provisões (reversões))	1.888	(2.470)
(Aumento) Redução dos ativos e aumento (redução) dos passivos:		
Contas a receber	(3.739)	(6.302)
Aquisições de bens do ativo imobilizado de locação	(581)	(14.515)
Estoques	452	(270)
Tributos a recuperar	2.873	9.647
IRPJ e CSLL a compensar	6.131	5.845
Depósitos judiciais	(5.914)	361
Outros ativos	(1.843)	5.093
Fornecedores	(4.356)	3.606
Salários e encargos sociais	(1.455)	(3.484)
Tributos a pagar	(4.046)	2.919
Outros passivos	(1.090)	1.497
Processos judiciais liquidados	(5.074)	(2.958)
Juros pagos	(35.160)	(40.472)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	40.190	24.494
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:		
Aquisições de bens do ativo imobilizado bens de uso próprio e intangível	(2.920)	(11.978)
Valor recebido na venda da unidade de negócio - Serviços Industriais SI	-	23.878
Juros s/ capital próprio recebidos	-	1.546
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	(2.920)	13.446
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:		
Depósitos bancários vinculados	61.708	(150.519)
Amortização de empréstimos e debêntures	(106.169)	(150.277)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(44.461)	(300.796)
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	(7.191)	(262.856)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	67.826	330.682
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	60.635	67.826
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	(7.191)	(262.856)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)**

	31/12/2018	31/12/2017 (Re
--	------------	----------------



mente atribuíveis à aquisição dos itens. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas apresentadas na nota explicativa 14, que levam em consideração a estimativa de vida útil-econômica dos bens. Terrenos não são depreciados. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado operacional. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados a cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **(x) Intangíveis. Programas de computador (Software)** São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Custos associados ao desenvolvimento e à manutenção desses **softwares** são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os **softwares** possuem vida útil definida e são amortizados no prazo de dez anos (nota explicativa 15). A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **(xi) Agio.** O agio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. O agio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de **impairment**. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o agio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. **(xii) Redução ao valor recuperável de ativos.** No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo, para esse fim a Companhia considera suas divisões como unidades geradoras de caixa. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso, sendo este último o método usado pela Companhia em seu teste de agio reconhecível na unidade geradora de caixa "Construção". Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **(xiii) Contas a pagar aos fornecedores.** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **(xiv) Provisões.** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão registradas pelo montante das perdas prováveis, observada a natureza de cada provisão (nota explicativa 22). A Administração, apoiada na opinião dos seus consultores jurídicos, entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos em andamento. As provisões são mensuradas pelo valor estimado dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflete as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa no resultado. **(xv) Benefícios concedidos a empregados. Provisão para participação nos lucros e resultados** O Acordo de participação nos lucros e resultados foi estruturado com o intuito de premiar os empregados, com pelo menos 90 dias trabalhados no ano base (2018), em função do desempenho geral da Mills e, também, pelas suas competências individuais nas contribuições feitas ao negócio, dentro de sua respectiva área de atuação e cargo ocupado. O Programa de Participação nos Lucros e Resultados de 2018 será baseado no atingimento do EBITDA ajustado e do Fluxo de Caixa livre orçados. O reconhecimento dessa participação, quando há, é realizado durante o exercício e o desembolso, quando devido, no exercício subsequente (nota explicativa 20.a). **Planos de opção de compra de ações** A Companhia oferece a determinados empregados e executivos planos de opção de compra de ações. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições (nota explicativa 20.c). A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida da reserva de capital no patrimônio líquido. Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social, quando as opções são exercidas. **Programa de incentivo com ações restritas.** A Companhia oferece a determinados empregados e executivos um programa de incentivo com ações restritas. As outorgas realizadas nos termos do plano poderão conferir durante todo o prazo de vigência do plano, um número de ações que não exceda 8.779.322, correspondentes a 5% do capital social da Companhia na data de sua aprovação. Com o propósito de satisfazer a concessão das ações restritas outorgadas nos termos do Plano de Ações Restritas, a Companhia utiliza, obrigatoriamente, ações mantidas em tesouraria, uma vez que não haverá emissão de novas ações a serem subscritas. O valor justo das ações é reconhecido como despesa. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de ações cujos direitos devem ser adquiridos com base nos termos do contrato do plano (nota explicativa 20.d). A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida da reserva de capital no patrimônio líquido. **Benefícios pós-emprego.** Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a ex-empregados são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuarial independente, por meio de projeções futuras relacionadas a diversos parâmetros dos benefícios avaliados, como inflação e juros, entre outros aspectos. As hipóteses atuariais adotadas para o cálculo atuarial foram formuladas considerando-se o longo prazo das projeções às quais se destinam (vide nota explicativa nº 20.b). Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" e apresentados no patrimônio líquido. **(xvi) Empréstimos e financiamentos.** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, e são, subsequentemente, demonstrados pelo valor de custo amortizado. A metodologia do cálculo para cada empréstimo segue as condições particulares de cada contrato, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas e os tributos pagos para contratação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, e também são registrados na rubrica de despesas financeiras pela taxa efetiva de juros. A Administração controla mensalmente os saldos de cada dívida através de controles gerenciais, no qual atualiza os indicadores financeiros (taxas de juros) conforme acordado em cada contrato. Empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante exceto pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após 12 meses da data de encerramento das demonstrações financeiras. **(xvii) Conversão em moeda estrangeira.** As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. **(xviii) Capital social.** O capital social da Companhia é composto de ações ordinárias e sem valor nominal. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **(xix) Recupera de ações (ações em tesouraria).** As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido até que as ações sejam canceladas ou rematadas. Quando da venda ou da reemissão subsequente, o valor recebido é reconhecido como aumento no patrimônio líquido, e o excedente ou déficit resultantes são reconhecidos como reserva de capital. **(xx) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio.** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, quando há, é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **(xxi) Reconhecimento de receita.** A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre os bens ou serviços ao cliente e quando é provável que venha a receber a contraprestação a qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. São consideradas obrigações de performance as promessas de transferir ao cliente bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto, ou uma série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente. Não foram identificadas exceções no reconhecimento das obrigações de desempenho no que tange à adoção da IFRS 15/CPC 47. A Companhia identificou que suas receitas têm uma única obrigação de desempenho, conforme os contratos com clientes. A receita de locação é reconhecida *pro rata temporis* no resultado mensal de forma linear de acordo com os contratos de locação de equipamentos, classificados como arrendamento operacional, não tendo recebimentos contingentes ou não canceláveis reconhecidos como receita durante a vigência do contrato. A Companhia separa os componentes identificáveis de um único contrato ou de um grupo de contratos, a fim de refletir a substância de um contrato ou de um grupo de contratos, reconhecendo a receita de cada um dos elementos de forma proporcional ao seu *fair value*. Dessa forma, a receita da Companhia se divide em locação, assistência técnica, vendas, indenizações, vendas de seminários e recuperações de despesa. A receita de juros é reconhecida em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o vencimento, quando se determina que essa receita será apropriada à Companhia. A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade). Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre as vendas. **(xxii) Resultado por ação.** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e na IAS 33.

**2.3. Base de elaboração.** As mesmas práticas contábeis, métodos de cálculo, julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas foram seguidos nestas demonstrações financeiras tais como foram aplicadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, divulgadas nas notas explicativas 2 e 3. Tais demonstrações financeiras foram arquivadas na CVM no dia 13 de março de 2018 e publicadas no dia 21 de março de 2018 nos jornais Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. **2.4. Mudanças nas principais políticas contábeis.** A partir de 1º de janeiro de 2018, a companhia adotou inicialmente os requerimentos contidos nos seguintes pronunciamentos: CPC 48 Instrumentos Financeiros, análogo ao IFRS 9 Financial Instruments e CPC 47 Receita de Contrato com Cliente, análogo ao IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers. **CPC 48 / IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros).** O CPC 48/IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Essa norma substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e o desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. Esses ativos financeiros foram, portanto, classificados como ativos financeiros avaliados pelo custo amortizado sob o CPC 48/IFRS 9. Como resultado da adoção do CPC 48/IFRS 9 a Companhia adotou as alterações consequentes ao CPC 26/IAS 1 apresentação de demonstrações financeiras, que exigem que a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros sejam apresentados em linha separada na demonstração do resultado. Na transição para o CPC 48/IFRS 9, a Companhia definiu metodologia pela abordagem simplificada para acompanhar o histórico de movimentação dos diversos agings do contas a receber, constituindo, na adoção inicial, uma provisão para perda de recebíveis (*impairment*) de R\$1.731 que foi reconhecida na conta redutora de ativo (PCE) tendo como contrapartida a conta de prejuízos acumulados no valor de R\$1.142 e a conta de IR e CS diferidos ativos, no valor de R\$589. Em relação ao caixa e equivalentes de caixa, foi constituída na adoção inicial uma provisão para risco de crédito (*impairment*) de R\$22, que foi reconhecida na conta redutora de caixa e equivalentes de caixa e tomado como contrapartida a conta de prejuízos acumulados no valor de R\$15 e a conta de IR e CS diferidos ativos, no valor de R\$7. Em relação aos depósitos bancários vinculados foi constituída na adoção inicial uma provisão para risco de crédito (*impairment*) de R\$87 que foi reconhecida na conta redutora de depósitos bancários vinculados tendo como contrapartida a conta de prejuízos acumulados no valor de R\$57 e a conta de IR e CS diferidos ativos, no valor de R\$30. Esses reflexos foram registrados no balanço de abertura de 2018 e estão demonstrados no quadro abaixo:

Balanco Patrimonial	Classificação original de acordo com o CPC38/IAS39	Classificação atual de acordo com o CPC48/IFRS9	Saldo em 31 de dezembro de 2017	Ajustes preliminares na adoção do CPC48 /IFRS 9	Saldo de abertura ajustado em 1 de janeiro de 2018
Caixa e equivalentes de Valor justo por meio do resultado	Caixa e equivalentes de Valor justo por meio do resultado	Caixa e equivalentes de Valor justo por meio do resultado	67.826	(22)	67.804
Depósitos bancários vinculados	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	150.519	(87)	150.432
Provisão para perdas com créditos esperadas (PCE)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	(133.801)	(1.731)	(135.532)
IRPJ e CSLL diferidos	-	-	159.973	589	160.562
Prejuízos acumulados	-	-	-	1.215	1.215

**CPC 47 / IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes).** A IFRS 15 exige que uma entidade reconheça o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma substitui a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existia no passado para IFRS. A nova norma seria aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018, e permitiria a adoção de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia contratou consultoria especializada para o diagnóstico das necessidades para adequação às normas do IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes, e determinou que as receitas de contratos de clientes deveriam ser reconhecidas conforme modelo composto pelas cinco etapas a seguir: (1) Identificação dos contratos; (2) Identificação das obrigações de

performance; (3) Determinação do preço de transação; (4) Alocação do preço de transação e (5) Cumprimento das obrigações de performance. Em conformidade com este estudo e as disposições transitórias previstas pela IFRS 15, o diagnóstico foi concluído e o resultado das análises foi de que não houve impacto para a Companhia, não rerepresentando as demonstrações financeiras de períodos e exercícios anteriores. **2.5. Novas normas e interpretações.** Uma nova norma ou alteração de norma e interpretação está efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essa norma de forma antecipada. **CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Leases (Arrendamentos).** Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento. Com a adoção do IFRS 16, a Companhia deixa de reconhecer custos e despesas operacionais oriundas de contratos de arrendamento mercantis operacionais e passa a reconhecer em sua demonstração de resultado: (i) os efeitos da depreciação dos direitos de uso dos ativos arrendados; e (ii) a despesa financeira e a variação cambial apuradas com base nos passivos financeiros dos contratos de arrendamento mercantil. A Companhia iniciou os estudos relativos à implantação do IFRS 16 ao longo de 2018, e introduziu a metodologia única de contabilização de arrendamentos em seu balanço patrimonial, cujo reflexo será reconhecido no balanço de abertura de 2019. Foram analisados todos os contratos de arrendamento da Companhia com prazo superior a um ano e com valores unitários dos bens arrendados acima do limite estabelecido pela norma. Para fins de adoção inicial, foi adotada a modelagem retrospectiva modificada, tendo sido analisados os contratos de arrendamento dos imóveis e veículos utilizados pela Companhia para suas unidades de negócio Construção e Rental. A taxa de desconto para determinação do valor presente líquido dos contratos foi 9,93% a.a. Esses reflexos preliminares que serão registrados no balanço de abertura de 2019, estão demonstrados no quadro abaixo:

Balanco Patrimonial	Saldo em 31 de dezembro de 2018	Ajustes preliminares na adoção do CPC06(R2)/IFRS 16	Saldo de abertura ajustado em 1 de janeiro de 2019
Imobilizado	467.444	57.786	525.230
Arrendamento Financeiro	-	(57.786)	(57.786)

As análises associadas à mensuração e contabilização dos contratos de arrendamento estão substancialmente concluídas, estando pendentes de definição os seguintes pontos: • taxa de desconto • estimativa dos fluxos de pagamentos dos contratos de arrendamento pela parcela líquida ou bruta de impostos. Deste modo, tendo em vista a existência de componentes significativos de julgamento nesse pronunciamento, a Administração entende que pode haver alterações nos montantes acima apresentados. **Outras alterações.** Não se espera que as normas alteradas a seguir tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. - IFRIC 23/CPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro; - Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33 /IAS 39). **2.6. Reapresentação dos valores correspondentes às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.** A Companhia reavaliou a apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras das transações de vendas de ativo imobilizado que anteriormente eram mantidos para locação a terceiros, denominadas como venda de seminários (outros). Anteriormente, essas vendas e custos eram apresentados como outras receitas operacionais e a Companhia concluiu que essas transações deveriam ser apresentadas na receita líquida de vendas e serviços e no custo dos produtos e serviços vendidos, na demonstração de resultado, uma vez que fazem parte das atividades operacionais da Companhia. Desta forma, os valores comparativos referentes exercício findo em 31 de dezembro de 2017, originalmente apresentados nas demonstrações financeiras de 2017 estão sendo reapresentadas. Os valores comparativos da demonstração de resultado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e da demonstração de valor adicionado, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, originalmente apresentados nas demonstrações financeiras aprovadas em 9 de março de 2018, estão sendo reapresentados de acordo, conforme resumo abaixo:

Demonstração de resultado	31/12/2017 (saldo original)	31/12/2017 (saldo reapresentado)	Reclassificações Acumuladas
Receita líquida de vendas e serviços	291.265	5.017	296.282
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(289.958)	(24.655)	(314.613)
<b>Lucro (prejuízo) bruto</b>	<b>1.307</b>	<b>(19.638)</b>	<b>(18.331)</b>
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	(168.589)	-	(168.589)
Perdas estimadas por valor não recuperável	(2.040)	-	(2.040)
Outras receitas (despesas) operacionais	(19.638)	19.638	-
<b>Prejuízo antes do resultado financeiro e impostos</b>	<b>(188.960)</b>	-	<b>(188.960)</b>
Receitas financeiras	31.848	-	31.848
Despesas financeiras	(45.404)	-	(45.404)
<b>Prejuízo antes dos impostos</b>	<b>(202.516)</b>	-	<b>(202.516)</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	64.135	-	64.135
Resultado de operações Continuadas	(138.381)	-	(138.381)
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(138.381)</b>	-	<b>(138.381)</b>

**Demonstração do valor adicionado**

Receitas	31/12/2017 (saldo original)	Reclassificações	Saldo reapresentado
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	370.621	5.048	375.669
Cancelamentos e descontos	(52.205)	-	(52.205)
Outras receitas	6.628	(5.048)	1.580
Constituição de provisão para perdas com créditos esperadas	(10.598)	-	(10.598)
	<b>314.446</b>	-	<b>314.446</b>

**3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício, são discutidas a seguir: **3.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e investimento reconhecido a valor justo.** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento e das expectativas da Administração para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa ou investimento objetos dos testes. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Vide notas explicativas 13 e 15. **3.2. Transações com pagamentos baseados em ações.** A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e das condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e os modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na nota explicativa 20. **3.3. Impostos.** Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e na despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das Autoridades Fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Imposto diferido ativo é reconhecido para todas as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização destas. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e no nível de lucros tributáveis futuros, com estratégias de planejamento fiscal futuras. **3.4. Valor justo de instrumentos financeiros.** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros, tais como *stock option*, títulos e valores mobiliários e instrumentos de *hedge*, apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. A nota explicativa 4 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas. **3.5. Provisões para perdas com créditos esperadas.** A Companhia reconhece provisão para perdas com créditos esperadas para todos os seus clientes a receber que atendam aos critérios detalhados na nota explicativa 2.2 (iv). A avaliação da necessidade de Constituição dessa provisão inclui a análise de evidências disponíveis quanto à capacidade de pagamento dos seus clientes, inclusive de forma a permitir a classificação de alguns como preferenciais e embasar o encaminhamento de outros para cobrança jurídica. Julgamento significativo da Administração é requerido na classificação de seus clientes, na definição dos critérios aplicados e na avaliação da sua acurácia. **3.6. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.7. Vida útil dos bens do imobilizado.** Conforme descrito na nota explicativa 14, a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada período de relatório. Durante o exercício, a Companhia avaliou a vida útil dos bens e concluiu que o prazo de 10 anos adotado em anos anteriores representa com razoabilidade a vida útil média dos ativos da Companhia e deve ser mantido para seus equipamentos no exercício de 2018. **3.8. Reconhecimento de receita.** As receitas de prestação de serviços são reconhecidas no resultado tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base de apresentação das demonstrações financeiras.

**4. Gestão de risco financeiro.**

**4.1. Fatores de risco financeiro.** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros, risco de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco e tem como política não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos. A gestão de risco é realizada pela Diretoria Financeira, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, quando for o caso. A Diretoria Financeira identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. A Diretoria Financeira estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. **4.2. Risco de mercado. (i) Risco cambial.** A Companhia tem como política reduzir o risco de caixa relacionado a variação cambial uma vez que a grande maioria de suas operações são denominadas em Reais. **(ii) Risco de taxa de juros e atualização monetária.** O endividamento da Companhia está sujeito a taxas de juros flutuantes, especialmente Taxa CDI, IPCA e TJLP. Existe o risco de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado. Como política de gestão, a Companhia não utiliza nenhum instrumento para mitigar sua exposição às flutuações das taxas de juros por considerar esse um risco de mercado inerente a todas as Companhias que atuam no Brasil. A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamentos, financiamentos e *hedge*. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros. Os cenários são elaborados somente para passivos que representam as principais posições com juros. Vide análise de sensibilidade de possíveis flutuações nas taxas de juros na nota explicativa 4.2 (iii). **(iii) Análise de sensibilidade.** Segue o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de um ano. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III):

Aplicações Financeiras	Indicador	Contábil	Provável	25%	50%
Aplicações financeiras	CDI	60.514	3.805	2.909	1.939
Depósitos bancários vinculados	CDI	88.101	5.577	4.264	2.842
	Total	149.324	9.382	7.173	4.781
			Variação	25,00%	50,00%

Divida	Indicador	Contábil	Provável	25%	50%
BNDES	TJLP	(5.713)	(449)	(550)	(651)
2ª emissão de debêntures	IPCA	(108.627)	(12.288)	(13.459)	(14.630)
3ª emissão de debêntures	CDI	(67.062)	(5.640)	(7.050)	(8.460)
	Total	(181.382)	(18.377)	(21.059)	(23.741)
			Variação	15%	29%

Análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças em relação a determinado risco, mantendo constantes as demais variáveis, associadas a outros riscos.

Referências	Provável I	Cenário II	Cenário III
		25%	50%

Taxas	31/12/2018	25%	50%
CDI (%) (i)	7,25%	9,06%	10,88%
TJLP (%) (ii)	7,03%	8,79%	10,55%
IPCA (%) (iii)	4,03%	5,04%	6,05%



(i) Como relação ao risco de juros, a Administração da Companhia considerou como premissa provável (cenário I) para seus instrumentos financeiros uma taxa de 6,75%, informação extraída do relatório FOCUS divulgado pelo Banco Central do Brasil em 19 de janeiro de 2019, considerando um aumento na taxa CDI em linha com aumento esperado da taxa Selic, uma vez que existe uma relação direta entre as taxas, e um aumento da taxa como premissa para os outros dois cenários, de acordo com o cenário de deterioração. (ii) Para os passivos financeiros relacionados com empréstimos e financiamentos - BNDES, a Administração da Companhia considerou como premissa provável (cenário I) seria a manutenção da taxa da TJLP, uma vez que não existe evidência de alteração da taxa no curto prazo, e aumento da taxa como premissa para os outros dois cenários. (iii) Para os passivos financeiros relacionados com as debêntures de segunda série, a Administração da Companhia considerou como premissa provável (cenário I) a expectativa do IPCA para 2019 descrita no relatório FOCUS divulgado pelo Banco Central do Brasil em 19 de janeiro de 2019, uma vez que não existe evidência de alteração da taxa no curto prazo, e aumento da taxa como premissa para os outros dois cenários. **4.3. Risco de crédito.** O risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem em suas atividades operacionais (principalmente em relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras. **(i) Contas a receber.** A Companhia fatura periodicamente os valores por locações e vendas devidos por seus clientes, por prazos que variam, normalmente, de 30 a 60 dias, cujo prazo médio de recebimento em 2018 foi de 52 dias. Dessa forma, está sujeita ao risco de inadimplência em relação ao contas a receber. Primordialmente, a carteira de crédito comercial da Companhia está concentrada em clientes nacionais. A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável quando entende que há risco de não recebimento dos valores devidos conforme o modelo de perda esperada definida pelo CPC 48. A gestão do risco de crédito dos clientes é exercida pela Gerência Administrativa da Companhia, que avalia a capacidade financeira de pagamento dos clientes. Essa análise é realizada antes do efetivo acordo comercial entre as partes e, para tal, são analisados individualmente cada cliente, levando-se, principalmente, em consideração as seguintes informações: (i) dados cadastrais; (ii) informações e indicadores financeiros; (iii) classes de risco (metodologia SERASA) e (iv) pendências e protestos no Serasa. A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de créditos esperadas para o contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2018:

	Taxa média ponderada de perda esperada	Saldo contábil bruto	Provisão de perda estimada	Com problemas de recuperação
Aging				
A Vencer	19,0%	51.244	9.714	Não
Vencidos de 1 a 60 dias	31,3%	11.056	3.463	Não
Vencidos de 61 a 120 dias	63,7%	4.001	2.548	Não
Vencidos de 121 a 180 dias	78,7%	5.161	4.065	Não
Vencidos acima de 181 dias	95,6%	109.418	104.600	Sim
		180.880	124.390	

**(ii) Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro.** O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas. A Companhia tem como prática utilizar somente instituições financeiras de grande porte, que estejam entre os 10 bancos com maiores ativos do Brasil. A Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

	31/12/2018	31/12/2017
<b>(iii) Caixa e equivalentes de caixa e depósitos bancários vinculados</b>		
Conta corrente		
Banco (i)	121	45
Depósitos bancários vinculados (i)	-	3
Aplicações		
Banco (i)	60.514	67.781
Depósitos bancários vinculados (i)	88.810	150.516
Total de caixa e equivalente de caixa e depósitos bancários vinculados	149.445	218.345

(i) Principais instituições financeiras com ampla atuação no Brasil e entre os 10 bancos com maiores ativos totais do Brasil. **4.4. Risco de liquidez.** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencermos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Diretoria Financeira monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que esta tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. As previsões mensais levam em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas contratuais e o cumprimento de metas internas conforme o plano estratégico da Companhia. Além disso, a Companhia mantém linhas de crédito com as principais instituições financeiras que atuam no Brasil. A tabela abaixo analisa os principais passivos financeiros por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até o vencimento contratual, quando a Companhia espera realizar o pagamento.

	Vencidos	Até um mês e menos	Mais que um mês e menos que três meses	Mais que três meses e menos que um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2017								
Empréstimos e financiamentos	-	317	624	2.751	3.469	2.669	-	9.830
Debêntures	-	-	-	137.443	131.553	60.608	-	329.604
Fornecedores	1.695	11.611	2.524	1.068	-	-	-	16.898
Em 31 de dezembro de 2018								
Empréstimos e financiamentos	-	297	884	2.294	-	2.674	-	6.149
Debêntures	-	-	-	130.813	-	60.220	-	191.033
Fornecedores	1.272	12.354	1.697	370	10	-	-	15.703

**5. Gestão de capital**

O objetivo de gerir a estrutura de capital desejável da Companhia está em proteger o seu patrimônio, dar continuidade ao negócio, oferecer boas condições para seus colaboradores, partes interessadas e um retorno satisfatório para os acionistas. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010. Visando a manutenção ou ao ajuste da estrutura de capital, a Companhia poderá, por exemplo, conforme estatuto social, aumentar o seu capital, emitir novas ações, aprovar a emissão de debêntures e aquisição de ações de sua própria emissão. Além disso, a Companhia utiliza como principal indicador de desempenho para avaliar sua alavancagem financeira o endividamento líquido total (dívida bancária total menos disponibilidades totais).

	2018	2017
Dívida bancária total	181.401	299.856
Financiamentos	5.712	8.870
Debêntures bruta	175.689	290.986
Caixa equivalente de caixa	60.635	67.826
Depósitos bancários vinculados	88.810	150.519
Endividamento líquido	31.956	81.511
Patrimônio líquido	750.309	865.535

Índice de endividamento líquido em relação ao Patrimônio líquido

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital social.

**Linhas de créditos disponíveis**

	2018	2017
Linhas de crédito bancário não asseguradas revisadas anualmente e com pagamento mediante solicitação:		
Utilizadas	5.713	-
Não utilizadas	9.600	56.130
Linhas de crédito bancário asseguradas com vários prazos de vencimento e que podem ser estendidas de comum acordo:		
Utilizadas	5.713	8.870
Não utilizadas	-	6.350

**6. Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	121	45
Aplicações financeiras	60.514	67.781
	60.635	67.826

Os saldos registrados como caixa e equivalentes de caixa referem-se substancialmente aos depósitos e às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2018, as aplicações financeiras referem-se a operações compromissadas e certificados de depósitos bancários (CDB) remuneradas a taxa média de 99,29% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (100,13%, em 31 de dezembro de 2017).

**7. Depósitos bancários vinculados**

Em 19 de maio de 2017, conforme deliberado nas Atas de Assembleia Gerais de Debenturistas de 22 de março de 2017, em função da repactuação dos termos das escrituras das debêntures, relativos aos covenants, foi constituída a garantia real de cessão fiduciária por meio da abertura de contas vinculadas, de titularidade da Companhia em favor dos debenturistas, em valor equivalente a 50% do saldo devedor, medido mensalmente conforme mencionado na nota explicativa 18. A segregação entre circulante e não circulante foi feita utilizando-se a mesma segregação existente do passivo das debêntures.

	31/12/2018	31/12/2017
Circulante	62.000	63.291
Não circulante	26.810	87.228
Total	88.810	150.519

**14. Imobilizado**

	Equipamentos de locação e uso operacional	Equipamentos de locação a imobilizar	Total equipamentos de locação e uso operacional	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Edifícios e terrenos	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Total de bens de uso próprio	Total do imobilizado
<b>Custo do imobilizado bruto</b>												
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.426.339	141	1.426.480	24.432	24.138	15.191	1.529	9.317	10.993	27	85.627	1.512.107
Aquisição	14.422	3.889	18.311	562	-	7	243	475	102	6.330	7.719	26.030
Baixa/alienação e Transf p/ estoques mantidos para venda	(184.109)	-	(184.109)	(15.760)	-	(264)	(386)	-	(42)	-	(16.452)	(200.561)
Ajuste para crédito PIS e COFINS	(1.596)	-	(1.596)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.596)
Transferência	3.917	(3.917)	-	6.050	-	-	-	71	5	(6.126)	-	-
Reclassificação	181	(40)	141	3.412	-	-	-	-	-	-	3.412	3.553
Reversão (perdas) estimadas por valor não recuperável	-	-	-	3.926	-	-	-	-	-	-	3.926	3.926
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.259.154	73	1.259.227	22.622	24.138	14.934	1.386	9.863	11.058	231	84.232	1.343.459
Aquisição	1.809	-	1.809	256	-	7	173	60	64	689	1.249	3.058
Baixa/alienação e Transf p/ estoques mantidos para venda	(179.605)	-	(179.605)	(4.821)	(1.179)	(138)	(316)	(237)	(119)	-	(6.810)	(186.415)
Ajuste para crédito PIS e COFINS	(152)	-	(152)	-	-	-	-	-	-	-	-	(152)
Transferência	-	-	-	788	-	-	-	(43)	-	(745)	-	-
Reclassificação	73	(73)	-	71	-	-	-	262	-	-	333	333
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.081.279	-	1.081.279	18.916	22.959	14.803	1.243	9.905	11.003	175	79.004	1.160.283
<b>Depreciação acumulada</b>												
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(650.320)	(39)	(650.359)	(15.321)	(3.496)	(11.986)	(1.080)	(2.860)	(5.813)	-	(40.556)	(690.915)
Depreciação	(133.033)	-	(133.033)	(3.486)	(670)	(1.778)	(196)	(835)	(858)	-	(7.823)	(140.856)
Baixa/alienação e Transf p/ estoques mantidos para venda	117.411	-	117.411	10.572	-	256	174	-	28	-	11.030	128.441
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-	-	(355)	-	-	-	(85)	-	-	(440)	(440)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(665.942)	(39)	(665.981)	(8.590)	(4.166)	(13.508)	(1.102)	(3.780)	(6.643)	-	(37.789)	(703.770)
Depreciação	(116.173)	-	(116.173)	(2.320)	(670)	(1.066)	(94)	(862)	(833)	-	(5.845)	(122.018)
Baixa/alienação e Transf p/ estoques mantidos para venda	128.409	-	128.409	3.327	834	138	260	219	86	-	4.864	133.273
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-	-	(236)	-	-	-	(88)	-	-	(324)	(324)
Transferência	-	39	39	(42)	-	-	-	42	-	-	-	-
Reclassificação	(39)	-	-	(7.861)	(4.002)	(14.436)	(936)	(4.469)	(7.390)	-	(39.094)	(692.839)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(653.745)	-	(653.745)	10	4	20	20	10	10	-	-	-
Taxas anuais de depreciação - %	10	-	-	10	4	20	20	10	10	-	-	-
<b>Resumo imobilizado líquido</b>												
Saldo em 31 de dezembro de 2017	593.212	34	593.246	14.032	19.972	1.426	284	6.083	4.415	231	46.443	639.689
Saldo em 31 de dezembro de 2018	427.534	-	427.534	11.055	18.957	367	307	5.436	3.613	175	39.910	467.444

Os equipamentos de locação podem ser resumidos como: andaimes de acesso, fôrmas, escoramentos, plataformas aéreas e manipuladores telescópicos. Abaixo, destacamos as principais aquisições e reclassificações acumuladas até 31 de dezembro de 2018 por grupo:

Escoramentos	334
Plataformas e manipuladores	1.263
Formas de concretagem reutilizáveis	5
Andaimes suspensos e estruturas de acesso	27
Máquinas e equipamentos de uso operacional	180
Benfeitorias em propriedades de terceiros	256
Obras em andamento	689
Veículos	173
Outros	131
Total	3.058

A depreciação no exercício, alocada ao custo de serviços prestados e às despesas gerais administrativas, monta em 31 de dezembro de 2018 em R\$113.359 e em R\$8.659 (31 de dezembro de 2017 R\$130.127 e R\$10.729), respectivamente.

**8. Contas a receber**

	31/12/2018		31/12/2017			
	Contas a receber bruto	PCE	Contas a receber líquido	Contas a receber bruto	PCE	Contas a receber líquido
Unidade de negócio						
Construção	98.667	(75.017)	23.650	105.241	(77.632)	27.609
Rental	82.213	(49.372)	32.841	83.925	(54.777)	29.148
Serviços industriais (*)	-	-	-	1.392	(1.392)	-
Totais	180.880	(124.389)	56.491	190.558	(133.801)	56.757
Circulante	84.164	(27.673)	56.491	190.558	(133.801)	56.757
Não Circulante	96.716	(96.716)	-	-	-	-

(\*) Valor remanescente a receber de clientes das operações da Unidade de Negócios de Serviços Industriais, que foi descontinuada em 30 de novembro de 2013. A provisão para perdas de crédito esperadas (PCE) do contas a receber é calculada com base no montante considerado suficiente para cobertura de potenciais perdas na realização dos créditos a receber, considerando uma análise individual dos principais clientes. A abordagem adotada foi a simplificada, não havendo componente significativo de financiamento. As movimentações na provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	(133.801)	(138.494)
Efeito da adoção inicial CPC 48/ IFRS 9 (i)	(1.731)	-
Impacto líquido de PCE no resultado (ii)	(2.274)	(10.598)
Baixas	13.416	15.291
Saldo final do exercício	(124.390)	(133.801)

(i) A Companhia definiu metodologia para acompanhar o histórico de movimentação dos diversos agings do contas a receber (ajuste de adoção inicial IFRS 9/CPC 48 no montante de R\$1.731, conforme mencionado na nota explicativa 2.4. (ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas foi de R\$42.779 (em 31 de dezembro de 2017 - R\$60.831) e a reversão de provisão para perdas de crédito esperadas foi de R\$40.505 (em 31 de dezembro de 2017 - R\$50.233), gerando um resultado líquido negativo de R\$2.274 (em 31 de dezembro de 2017 resultado líquido negativo de R\$10.598). Para determinar a recuperação do contas a receber de cliente, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o final do período de relatório. A concentração é limitada porque a base de clientes é pulverizada e não há relação entre os clientes, não existindo, portanto, nenhum cliente ou grupo econômico que represente 10% ou mais do contas a receber. A análise de vencimentos do contas a receber está demonstrada a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
A vencer	49.463	45.114
A vencer (títulos com vencimentos originais prorrogados)	1.781	17.194
Vencidos de 1 a 60 dias (*)	11.056	12.504
Vencidos de 61 a 120 dias (*)	4.001	4.226
Vencidos de 121 a 180 dias (*)	5.161	2.912
Vencidos acima de 180 dias (*)	109.418	108.608
Total	180.880	190.558

(\*) A análise acima foi efetuada considerando as datas de vencimento prorrogadas dos títulos.

**9. Estoques**

	31/12/2018	31/12/2017
Matérias primas	-	37
Mercadorias para revenda	1.963	2.787
Peças de reposição e suprimentos	15.209	14.801
Provisão para estoques de giro lento (*)	(1.875)	(1.536)
Total	15.297	16.089

(\*) Itens do estoque sem movimentação há mais de um ano. Os estoques de matérias-primas estão vinculados a processos de industrialização por encomenda para atendimento de demandas da Companhia e de seus clientes. O estoque de peças de reposição destina-se, principalmente, aos equipamentos motorizados de acesso. Todos os estoques são avaliados pelo custo médio.

**10. Estoques - Outros ativos mantidos para venda**

Em 6 de agosto de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a alienação de plataformas aéreas e manipuladores telescó

**MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.**



de metodologia usualmente utilizada pelo mercado, o custo médio ponderado de capital (WACC). Em função desse estudo, a Administração chegou à conclusão de que não há necessidade de constituição de provisão para perda por redução ao valor recuperável dos ativos das Unidades de Negócio Construção e Rental, ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

	Software	Marcas e patentes	Intangível em andamento	Ágio em investimentos	Total intangível
<b>Custo do intangível bruto</b>	<b>52.367</b>	<b>3.156</b>	-	<b>13.376</b>	<b>68.899</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	997	-	2.445	-	3.442
Aquisição	(10)	-	-	-	(10)
Reclassificação	(1.151)	-	(2.402)	-	(3.553)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<b>52.203</b>	<b>3.156</b>	<b>43</b>	<b>13.376</b>	<b>68.778</b>
Aquisição	926	-	565	-	1.492
Transferência	92	-	(92)	-	-
Reclassificação	-	-	(333)	-	(333)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<b>53.221</b>	<b>3.156</b>	<b>184</b>	<b>13.376</b>	<b>69.937</b>
<b>Amortização acumulada</b>					
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(20.409)	(817)	-	(4.232)	(25.458)
Amortização	(4.803)	(61)	-	-	(4.864)
Alienação	10	-	-	-	10
Ajuste crédito PIS e COFINS	(490)	-	-	-	(490)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<b>(25.692)</b>	<b>(878)</b>	-	<b>(4.232)</b>	<b>(30.802)</b>
Amortização	(4.666)	-	-	-	(4.666)
Ajuste crédito PIS e COFINS	(476)	-	-	-	(476)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<b>(30.833)</b>	<b>(878)</b>	-	<b>(4.232)</b>	<b>(35.943)</b>
Taxas anuais de amortização - %	20	-	-	-	-

**Resumo intangível líquido**  
Saldo em 31 de dezembro de 2017 26.511 2.278 43 9.144 37.976  
Saldo em 31 de dezembro de 2018 22.388 2.278 184 9.144 33.993

O saldo contábil de marcas e patentes em 31 de dezembro de 2018, de R\$2.278, refere-se a intangível sem vida útil definida, que foi incluído no teste de impairment da UGC da Unidade de Negócio Construção. **Provisão para redução ao valor recuperável do ágio.** O ágio é oriundo da aquisição da Jahu, ocorrida em 2008, e da aquisição da GP Sul, ocorrida em 2011, e estes estão sendo considerados como aporte do segmento de negócio Construção, representando esta, uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), onde todo o ágio é alocado. O valor recuperável desse ativo foi determinado com base nas mesmas premissas descritas na nota explicativa 14 e a Administração concluiu da mesma forma de que não há necessidade de constituição de provisão para perda por redução ao valor recuperável desse ativo.

	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores nacionais	15.219	16.479
Fornecedores estrangeiros	484	419
	<b>15.703</b>	<b>16.898</b>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos das contas de fornecedores referem-se, basicamente, a compras a prazo de peças de reposição e suprimentos, serviços e bens do ativo imobilizado.

	31/12/2018	31/12/2017
Circulante	3.177	3.182
Não circulante	2.535	5.688
Empréstimos e financiamentos (*)	<b>5.712</b>	<b>8.870</b>

As instituições financeiras com as quais a Companhia mantém empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2018 são: • Banco do Brasil. • Itaú BBA. Segue abaixo a composição das garantias contratadas em aberto nas datas:

	31/12/2018	31/12/2017
Garantias concedidas:		
Alienação fiduciária (*)	26.993	26.993
Total das garantias reais	<b>26.993</b>	<b>26.993</b>

(\*) Refere-se a equipamentos adquiridos por intermédio de FINAME. As parcelas a vencer ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 estão demonstradas abaixo:

2019	3.177
2020 a 2021	2.535
	<b>5.712</b>

O empréstimo da Companhia referente ao FINAME vinculado ao Itaú BBA possui cláusulas restritivas de *covenants* com os seguintes parâmetros pré-estabelecidos: (1) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida (iii) pelo EBITDA (i) deverá ser igual ou inferior a 3; e (2) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA pela Despesa Financeira Líquida (iv) deverá ser igual ou superior a 2. (i) "EBITDA" significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o lucro ou prejuízo líquido antes da contribuição social e do imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes; e As definições dos itens (ii), (iii) e (iv) já estão apresentadas na nota explicativa 18. A Companhia atingiu os índices de *covenants* definidos acima.

**18. Debêntures**

Descrição	Série	Valor emitido	Início	Vencimento	Encargos financeiros	31/12/2018	31/12/2017
2ª emissão	2ª série	109.060	Ago/2012	Ago/2020	IPCA + 7,00 a.a.	108.627	156.811
Custo de emissão						(152)	(251)
						<b>108.475</b>	<b>156.560</b>
3ª emissão	Única	200.000	Mai/2014	Mai/2019	116,00% CDI	67.062	134.175
Custo de emissão						(64)	(230)
						<b>66.998</b>	<b>133.945</b>
Total de debêntures						<b>175.473</b>	<b>290.505</b>
Circulante						122.552	122.094
Não circulante						52.921	168.411

**2ª emissão de debêntures.** Em 3 de agosto de 2012, foi aprovada a segunda emissão, pela Companhia, de um total de 27 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em duas séries, da espécie quirográfrica no valor de R\$270.000 e valor nominal unitário de R\$10. Os custos de transação associados a essa emissão no valor de R\$1.810 estão sendo reconhecidos como despesas de captação da Companhia, conforme os prazos contratuais dessa emissão. As debêntures terão seus vencimentos conforme emissão de cada série, como segue: • **2ª série** - 10.906 debêntures da segunda série, totalizando R\$109.060, com vencimento em 15 de agosto de 2020, sujeitas à atualização monetária pela variação acumulada do IPCA. O valor nominal das debêntures da segunda série será amortizado em três parcelas anuais a partir do sexto ano da sua emissão, e os juros pagos anualmente corresponderão a 5,50% ao ano. A partir da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas de 22 de março de 2017, os juros pagos anualmente corresponderão a 7,00% ao ano do valor atualizado monetariamente na forma acima. • **3ª emissão de debêntures.** Em 30 de maio de 2014, foi aprovada a terceira emissão, pela Companhia, de um total de 20 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em série única da espécie quirográfrica no valor de R\$200.000, e valor nominal unitário de R\$10. As debêntures têm vencimento em 30 de maio de 2019 e remuneração de 108,75% do CDI, com pagamentos semestrais de juros e amortização em três parcelas anuais e sucessivas, sendo o primeiro vencimento em 30 de maio de 2017. A partir da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas de 22 de março de 2017, a remuneração passou a 116,00% do CDI. Os custos de transação associados a essa emissão no valor de R\$745 estão sendo reconhecidos como despesas de captação da Companhia, conforme os prazos contratuais dessa emissão. Em 30 de maio de 2018, foi pago o valor bruto de R\$71.619 referente a 3ª emissão de debêntures, sendo R\$66.660 referente ao principal e R\$4.959 referente juros. Em 15 de agosto de 2018, foi pago o valor bruto de R\$63.553 referente a 2ª emissão de debêntures - 2ª série, sendo R\$36.350 referente ao principal e R\$27.203 referente juros e variação monetária. Em 31 de dezembro de 2018, os saldos das debêntures brutos dos custos de transação são de R\$122.707 no passivo circulante e de R\$52.982 no passivo não circulante e R\$122.552 e R\$52.921 líquidos dos custos de transação, respectivamente (em 31 de dezembro de 2017, o saldo bruto de debêntures é de R\$122.338 no passivo circulante e de R\$168.647 no passivo não circulante, e R\$122.094 e R\$168.411 líquidos dos custos de transação). As principais deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas de 22 de março de 2017, foram: • Substituição do EBITDA pelo Fluxo de Caixa Operacional - FCO (i), para o cálculo de *covenants* para fins de vencimento antecipado; • Constituição de garantia real de cessão fiduciária por meio da abertura de conta vinculada, em até 60 dias a partir de 22 de março de 2017, de titularidade da Companhia em favor dos debenturistas, em valor equivalente a 50% do saldo devedor, medido mensalmente; • Manutenção do EBITDA nos *covenants* para fins de liberação da conta vinculada e de restrições na distribuição de dividendos e de mútuos entre partes relacionadas; • Repactuação de taxas de juros conforme descrito acima; • Limitação de dividendos acima do limite mínimo legal de 25%; • Restrição de mútuos entre partes relacionadas. **Covenants.** As escrituras de emissão das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, os quais foram alterados pelas Assembleias Gerais de Debenturistas realizadas em 22 de março de 2017, como segue: (3) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida (ii) pelo FCO deverá ser igual ou inferior a 3; e (4) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão do FCO pela Despesa Financeira Líquida (iii) deverá ser igual ou superior a 2. (ii) "FCO" significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, caixa líquido gerado nas atividades operacionais excluindo juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas, aquisições de bens do ativo imobilizado de locação e juros pagos; e (iii) "Dívida Líquida" significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, (a) o somatório das dívidas onerosas da Companhia, em base consolidada, perante pessoas jurídicas, incluindo empréstimos e financiamento com terceiros e/ou partes relacionadas e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capital local e/ou internacional, além de avais prestados pela Companhia, mas excluindo as dívidas decorrentes de parcelamentos tributários; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Companhia em base consolidada; e (iv) "Despesa Financeira Líquida" significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o saldo da diferença entre a receita financeira bruta consolidada e a despesa financeira bruta consolidada. (v) Considerando as deliberações relativas aos *covenants* aprovadas pelas Assembleias Gerais de Debenturistas de 22 de março de 2017 e as deliberações relativas aos *covenants* originais para fins de determinação das despesas não recorrentes para o cálculo do EBITDA ajustado, no fechamento das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, todos os *covenants* estão sendo cumpridos.

**19. Partes relacionadas.**

**a. Transações e saldos.** Não houve empréstimos entre a Companhia e seus administradores durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não mantém contratos de prestação de serviços de consultoria com membros do Conselho de Administração. **Remuneração da Administração.** Os montantes referentes à remuneração dos membros da Administração da Companhia estão demonstrados a seguir:

	2018	2017
Salários e encargos - Diretoria	6.381	5.823
Honorários do Conselho de Administração	2.388	1.664
Bônus	720	1.054
Pagamentos com base em ações	468	856
Total	<b>9.957</b>	<b>9.397</b>

**20. Benefícios a empregados.**

**a. Provisão para participação nos lucros.** A provisão para participação nos lucros e resultados é constituída de acordo com o regime de competência, sendo contabilizada como despesa. A determinação do montante, que é pago no ano seguinte ao registro da provisão, é feita nos termos do Acordo de Participação nos Lucros e Resultados negociado anualmente com o sindicato da categoria, de acordo com a Lei nº 10.101/00, alterada pela Lei nº 12.832/13. O Programa de Participação nos Lucros e Resultados de 2018, é baseado no atingimento do EBITDA ajustado e do Fluxo de Caixa livre anual orçados e metas corporativas e individuais. Todos os colaboradores da Mills com pelo menos 90 dias trabalhados em 2018 são elegíveis. Nesse trimestre, o valor provisionado foi de R\$5.516, totalizando uma provisão de R\$8.000 até 31 de dezembro de 2018. **b. Benefícios pós-emprego.** Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a ex-empregados, referentes a plano de saúde, são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, por meio de projeções futuras relacionadas a diversos parâmetros dos benefícios avaliados, como inflação e juros, entre outros aspectos. As hipóteses atuariais adotadas para o cálculo atuarial foram formuladas considerando-se o longo prazo das projeções às quais se destinam. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" e apresentados no patrimônio líquido.

Circulante	-	963
Não Circulante	10.441	7.939
Total	<b>10.441</b>	<b>8.902</b>

As principais premissas atuariais utilizadas são:

Hipóteses econômicas e financeiras.	2018
Taxa de desconto	9,13% a.a. (4,94% real a.a.)
Inflação Médica (HCCTR)	7,12% a.a. (3,00% real a.a.)
Aging Factor	3,00% a.a.
Inflação de longo prazo	4,00% a.a.
Hipóteses biométricas e demográficas.	2018
Taxa de desligamento(*)	85% / (TS+1)
Tábua de mortalidade geral	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez	Alvaro Vindas
Idade de aposentadoria	100% aos 60 anos
Probabilidade de Adesão	10%
Composição familiar antes da aposentadoria / Probabilidade de casados	90% dos participantes
Composição familiar antes da aposentadoria / Diferença de idade para os participantes ativos	Homem 4 anos mais velho que a mulher
Composição familiar após a aposentadoria	Composição real do grupo familiar

(\*) TS = tempo de serviço. **Análise de sensibilidade.** As premissas atuariais significativas para a determinação da

provisão para benefício pós-emprego são: custos médicos e taxa de desconto. As análises de sensibilidade em 31 de dezembro de 2018 demonstradas a seguir, foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do exercício das demonstrações financeiras, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Premissa	Mudança de premissa	Diminuição do passivo	Mudança de premissa	Aumento do passivo
Mudança no PBO - HCCTR	aumento de 1,0 p.p	2.096	diminuição de 1,0 p.p	1.622
Mudança na despesa - HCCTR	aumento de 1,0 p.p	298	diminuição de 1,0 p.p	221
Mudança no PBO - Taxa de desconto	aumento de 0,5 p.p	843	diminuição de 0,5 p.p	965
Mudança na despesa - Taxa de desconto	aumento de 0,5 p.p	68	diminuição de 0,5 p.p	78

**Riscos inerentes ao benefício pós-emprego.** Os riscos inerentes identificados ao benefício pós-emprego são: (i) risco de taxa de juros: para calcular o valor presente do passivo do plano de benefício pós-emprego é utilizada a taxa de juros de longo prazo. Uma redução nessa taxa de juros aumentará o passivo correspondente; e (ii) risco de custos médicos: o valor presente do passivo é calculado utilizando-se como referência o custo médico por faixa etária com base nas despesas assistenciais reais, projetado com base na taxa de crescimento dos serviços médicos. Um aumento real do custo médico aumentará o passivo correspondente. **c. Plano de opção de compra de ações.** A Companhia possui planos de opções de ações, aprovados pela Assembleia Geral, com o objetivo de integrar os executivos no processo de desenvolvimento da Companhia em médio e longo prazos. Esses planos são administrados pela Companhia, e a aprovação das outorgas é sancionada pelo Conselho de Administração.

Planos	Data da outorga	Data final de exercício	Opções em milhares			
			Opções outorgadas	Opções exercidas	Opções canceladas	Opções em aberto
Programa 2012	30/06/2012	31/05/2018	1.258	(403)	(855)	185
Programa 2013	30/04/2013	30/04/2019	768	(91)	(186)	491
Programa 2014	30/04/2014	30/04/2020	260	-	(75)	185
Programa 2016	28/04/2016	28/04/2024	1.700	-	(750)	950

Para precificação do custo das parcelas do plano Especial Top Mills, referente à sua componente de patrimônio, foram determinadas as volatilidades aplicáveis, as taxas livres de risco, o *dividend yield* e os *stock prices*, tendo sido utilizado o modelo Black-Scholes para cálculo do valor justo. Em 31 de março de 2014, a Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração: (i) a criação do programa 1/2014 de Outorga de Opções de Compra de Ações; (ii) a definição dos critérios para fixação do preço de exercício das opções e as condições de seu pagamento; (iii) a definição dos prazos e condições de exercício das opções; e (iv) a autorização para a Diretoria efetuar as outorgas de opção de compra de ações aos beneficiários eleitos nos termos do Programa 2014. Em 21 de maio de 2015, a Companhia deliberou, em reunião do Conselho de Administração, a alienação de ações da Companhia mantidas em tesouraria para atender ao exercício de opção de compra de ações dos beneficiários no âmbito dos programas de Outorga de Opções de Compra de Ações de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014 (vide Nota nº 20.b). Em 28 de abril de 2016, a Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração pela aprovação de novo plano de opção de compra de ações da Companhia, nos termos do programa 1/26. Os planos concedidos a partir de 2010 foram classificados como instrumentos de patrimônio e o valor justo médio ponderado das opções concedidas foi determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, assumindo as seguintes premissas:

Programa	Outorga	Valor justo médio ponderado por opção R\$	Preço médio ponderado da ação na data da concessão R\$	Preço do exercício na data de concessão R\$	Volatilidade na data de concessão	Rendimento de dividendos na data de concessão	Taxa de juros anual máximo de risco na data de concessão	Prazo de exercício na data de concessão
2012	Básica	21,75	27,60	5,86	37,41%	0,81%	3,92%	6 anos
2012	Discricionária	12,57	27,60	19,22	37,41%	0,81%	3,92%	6 anos
2013	Básica	24,78	31,72	6,81	35,34%	0,77%	3,37%	6 anos
2013	Discricionária	11,92	31,72	26,16	35,34%	0,77%	3,37%	6 anos
2014	Básica	22,46	28,12	7,98	33,45%	0,75%	12,47%	6 anos
2014	Discricionária	11,16	28,12	30,94	33,45%	0,75%	12,47%	6 anos
2016	Discricionária	3,29	4,31	2,63	71,45%	1,51%	14,25%	8 anos

O preço de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano será fixado pelo Conselho de Administração da Companhia. A tabela abaixo apresenta os saldos acumulados dos planos nas contas patrimoniais e os efeitos nos resultados.

	31/12/2018	31/12/2017
Plano 2002:		
Reserva de capital	1.446	1.446
Número de opções exercidas (milhares)	3.920	3.920
Plano Top Mills, Plano Especial CEO e EX-CEO:		
Reserva de capital	1.148	1.148
Número de opções exercidas (milhares)	1.055	1.055
Plano executivos Mills Rental:		
Reserva de capital	4.007	4.007
Número de opções exercidas (milhares)	391	391
Plano 2010:		
Reserva de capital	5.693	5.693
Número de opções a exercer (milhares)	106	106
Número de opções exercidas (milhares)	1.369	1.369
Número de opções canceladas (milhares)	106	106
Programa 2011 (Plano 2010):		
Reserva de capital	7.329	7.329
Número de opções a exercer (milhares)	0	422
Número de opções exercidas (milhares)	597	597
Número de opções canceladas (milhares)	588	166
Programa 2012 (Plano 2010):		
Reserva de capital	14.161	14.162
Número de opções a exercer (milhares)	-	487
Número de opções exercidas (milhares)	403	402
Número de opções canceladas (milhares)	855	369
Programa 2013 (Plano 2010):		
Reserva de capital	11.900	11.900
Número de opções a exercer (milhares)	491	513
Número de opções exercidas (milhares)	91	91
Número de opções canceladas (milhares)	186	164
Programa 2014 (Plano 2010):		
Reserva de capital	4.701	4.470
Número de opções a exercer (milhares)	185	189
Número de opções canceladas (milhares)	75	71
Programa 2016:		
Reserva de capital	1.699	1.257
Número de opções a exercer (milhares)	950	1.540
Número de opções canceladas (milhares)	750	160
Total registrado como patrimônio (acumulado)	52.086	51.412
Efeito no resultado	(673)	(2.029)

**d. Programa de incentivo com ações restritas.** A Companhia possui plano de incentivo com ações restritas aprovado pela Assembleia Geral, com o objetivo de integrar os executivos no processo de desenvolvimento da Companhia em médio e longo prazos. Esses planos são administrados pela Companhia, e a aprovação das outorgas é sancionada pelo Conselho de Administração.

Planos	Data da outorga	Data final de exercício	Ações em milhares			
			Ações outorgadas	Ações exercidas	Ações canceladas	Ações em aberto
Programa 2018	19/11/2018	18/11/2021	868	-	-	868

Para precificação do custo das parcelas do plano de ações restritas referente à sua componente de patrimônio, foram determinadas as volatilidades aplicáveis, as taxas livres de risco, o *dividend yield* e os *stock prices*, tendo

**MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.**



**c. Impostos diferidos que são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.**

	2018	2017
PCE adoção inicial CPC 48/IFRS 9	588	-
Caixa e equivalentes de caixa adoção inicial CPC 48/IFRS 9	36	-
Ajuste ao valor justo no investimento no Rohr	267	-
Provisão para benefícios pós-emprego	3.191	3.027
Total	4.082	3.027

**d. Os fundamentos e as expectativas para realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão apresentados a seguir:**

Natureza	
Agio GP Andaimas Sul Locadora	Pela alienação/impairment do ativo
Agio Jahu	Pela alienação/impairment do ativo
Ajuste IFRS 9 - caixa e equivalentes de caixa	Pela realização da provisão
Arrendamento financeiro	Pela realização no prazo da depreciação linear dos bens
Atualização de depósito judicial	Pelo levantamento do depósito
Debêntures	Pela amortização do custo de captação
Depreciação acelerada	Pela depreciação fiscal em cinco anos
Hedge sobre imobilizado	Pela depreciação do bem
Varição cambial ativa	Pela liquidação financeira
Ajuste a valor justo (Rohr)	Pela venda da participação no investimento
Ajuste IFRS 9 - caixa e equivalentes de caixa (adoção inicial)	Pela reversão/realização da provisão
Ajuste PCLD adoção inicial CPC 48/IFRS 9	Pela reversão/realização da provisão
Gratificações a pagar	Pelo pagamento
Perda para redução ao valor realizado	Pela reversão/realização da provisão
Perda por desvalorização de ativo	Pela reversão/realização da provisão
Perdas estimadas por valor não recuperável	Pela realização da provisão
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	Pela expectativa de resultados tributáveis futuros (i)
Provisão de custos e despesas	Pelo pagamento
Provisão de Hedge (venda)	Pela contratação/liquidação do instrumento derivativo
Provisão de participação nos lucros e resultados	Pelo pagamento
Provisão para benefício pós emprego	Pela reversão/realização da provisão
Provisão para benefício pós emprego (ajuste inicial)	Pela reversão/realização da provisão
Provisão para descontos e cancelamentos	Pela reversão/realização da provisão
Provisão para perdas de crédito esperadas	Pelo ajuizamento das ações e créditos vencidos
Provisão para estoques de giro lento	Pela baixa ou venda do ativo
Provisão para realização de crédito tributário	Pela realização do crédito fiscal
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	Pela realização fiscal da perda ou encerramento do processo
Stock Options	Pelo exercício das opções
Varição cambial passiva	Pela liquidação financeira

(i) A Companhia elaborou a análise de recuperabilidade do ativo fiscal diferido reconhecido em 31 de dezembro de 2018 e concluiu que existem evidências suficientes de que haverá disponibilidade de lucros tributáveis futuros para compensação dos prejuízos fiscais e base negativa registrados, em prazo inferior à dez anos. A determinação do valor dos lucros tributáveis futuros baseia-se em projeção de receitas, custos e resultado financeiro, que refletem os ambientes econômico e operacional da Companhia, de acordo com as mesmas premissas descritas nas notas explicativas 13 e 14. As ações com vistas à geração de lucro tributável são as que estão em curso por meio da execução da estratégia comercial com foco na recuperação de preço, maior cobertura de mercado com a diversificação da base de clientes e aumento da rentabilidade, na unidade de negócios Rental. E no foco para adequar os produtos e os esforços para os mercados onde a Companhia sempre teve um diferencial maior: as obras de maior porte e complexidade, na unidade de negócios Construção. Abaixo demonstramos a expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos existentes em 31 de dezembro de 2018:

	IR e CSLL diferidos ativos
2021	6.631
2022	16.602
2023	26.234
2024 a 2025	83.386
2026 a 2027	72.446
Total	205.299

**22. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais**

A Companhia é parte envolvida em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista que foram propostas no curso normal dos negócios e está discutindo tais questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis já tomados em cada situação são suficientes para cobrir as eventuais perdas e preservar o patrimônio líquido da Companhia, sendo reavaliadas periodicamente. A Companhia não possui ativos contingentes contabilizados. Composição das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

	31/12/2018	31/12/2017
Tributários (i)	4.884	4.834
Cíveis (ii)	6.457	2.051
Trabalhistas (iii)	10.127	11.095
Honorários de êxito (iv)	2.607	2.359
Honorários de sucumbência (v)	1.067	1.025
Total	25.142	21.364
Movimentação das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:	31/12/2018	31/12/2017
Saldo em 1º de janeiro	21.364	20.125
Constituições	9.450	6.537
Atualizações monetárias	1.859	1.876
Reversões	(7.531)	(7.174)
Saldo no final do exercício	25.142	21.364

(i) Refere-se, basicamente, ao mandado de segurança movido pela Companhia ao questionamento da majoração das alíquotas de PIS e COFINS (instituídas pelo regime não cumulativo destas contribuições, com o advento das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003). A Companhia mantém depósito judicial vinculado à provisão, referente às diferenças de alíquotas. (ii) A Companhia possui algumas ações movidas contra ela referentes a processos de responsabilidade cível e indenizações. O principal evento que ocasionou o aumento nas contingências cíveis em comparação com o montante apresentado ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi mudança de prognóstico por parte do advogado externo de uma causa indenizatória que antes era possível e em 31 de dezembro de 2018 passou a ser provável. (iii) A Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto indenizações por danos decorrentes de doenças ocupacionais, horas extras, periculosidade e equiparação salarial. Os principais eventos que ocasionaram a redução nas contingências trabalhistas em comparação com o montante apresentado ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram: (i) mudança de prognóstico de provável para possível ou remoto por parte do advogado externo de um processo em que o reclamante requer a nulidade da dispensa com reintegração e pagamento de verbas salariais e indenizatórias, bem como indenização por danos morais e declaração de nulidade de acordo de não concorrência; e (ii) mudança de prognóstico de provável para possível ou remoto por parte do advogado externo de alguns processos devido à mudança de cálculo com maior detalhamento das verbas rescisórias. (iii) Os honorários estão geralmente fixados em até 10% sobre o valor da causa, garantindo aos consultores jurídicos externos os honorários no proporção do êxito obtido na demanda. O pagamento está condicionado ao encerramento favorável dos processos. (iv) Corresponde à provisão de honorários de sucumbência incidentes sobre processos judiciais com risco provável de desfecho desfavorável para a Companhia.

	31/12/2018	31/12/2017
Tributários (i)	8.326	7.988
Trabalhistas (ii)	3.110	2.980
Cíveis (iii)	5.758	-
Total	17.194	10.968

(i) Em 31 de dezembro de 2018, a composição de depósitos judiciais de natureza tributária totalizava R\$8.326. A conciliação desse montante refere-se basicamente ao questionamento da majoração de alíquotas do PIS e da COFINS, totalizando o valor de R\$4.484, como informado abaixo nas contingências tributárias item "i", (subitem "a"), e também a depósitos judiciais efetuados em favor de determinados municípios vinculados ao entendimento de nossos assessores jurídicos no que tange à incidência do Imposto Sobre Serviços (ISS) sobre as receitas provenientes da locação de bens móveis. O saldo registrado sobre essa rubrica é de R\$3.283. A partir de 2003, com a edição da Lei Complementar nº 116 e com o suporte dos assessores jurídicos, a Companhia não efetuou depósitos judiciais dessa natureza. (iii) Os depósitos judiciais estão vinculados a ações em que a Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto indenizações por danos decorrentes de doenças ocupacionais, horas-extras, periculosidade e equiparação salarial. (iv) Depósito judicial relativo a uma ação de indenização por danos materiais e morais, da qual a Companhia é ré. A Companhia propôs originalmente uma ação contra terceiro, visando o reconhecimento de direito de propriedade industrial sobre determinado modelo de equipamento, que foi julgada improcedente, gerando uma ação de indenização por danos materiais e morais. A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificadas pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Tributárias (i)	54.543	43.335
Cíveis (ii)	7.593	6.886
Trabalhista (iii)	10.594	11.634
Total	72.730	61.856

(i) **Tributárias, principais itens:** (a) Glosa de despesas supostamente não dedutíveis, incluídas no PIS e COFINS, por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil, na antiga Mills Formas, computadas em razão dos contratos firmados com diversos clientes, segundo os quais a Mills Formas era a responsável pela execução dos serviços que doravante eram executados pelos funcionários da antiga Mills do Brasil; (b) Exigência da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro relativa ao ICMS e multa supostamente devidos em decorrência da realização de operações de transferência de mercadorias, sem o recolhimento do imposto devido; (c) Não reconhecimento por parte do INSS da possibilidade de compensação dos pagamentos realizados indevidamente a título de contribuição previdenciária, com base na sistemática estabelecida pela Lei nº 9.711/98; (d) Exigência por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil de multa supostamente devida sobre os créditos parcelados por denúncia espontânea; (e) Exigência por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil de supostos débitos de imposto sobre o lucro líquido - ILL, julgado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). (f) Não homologação dos créditos oriundos das declarações de compensação de saldo negativo complementar provenientes da retificação da DIPJ do ano calendário de 2012. A Receita Federal do Brasil considerou não declaradas as referidas declarações de compensação, com base no artigo 74, § 3º, inciso VI da Lei nº. 9.430/96. A Companhia impetrou mandado de segurança visando a garantir o seu direito líquido e certo de ter as declarações de compensação analisadas, visto que as estas não se enquadram em quaisquer das hipóteses legais alegadas pela Receita Federal do Brasil. (ii) **Cíveis.** A Companhia possui ações indenizatórias movidas contra ela referentes a processos de indenizações por dano moral e material. (iii) **Trabalhistas.** A Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto a cobrança de parcelas rescisórias, indenização por danos morais, integração de prêmios à remuneração, reintegração e reajustes salariais, com os respectivos reflexos.

**23. Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)**

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Parcelamento Especial, instituído pela Lei nº 11.941/2009 e pela Medida Provisória nº 470/2009, visando a equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio desse sistema especial de parcelamento de obrigações fiscais e previdenciárias. As condições gerais desse parcelamento podem ser assim resumidas: (a) O prazo do parcelamento foi de 180 meses. (b) Redução de 60% dos valores relativos a multas de ofício e de mora e 25% de redução de juros de mora. (c) Foram parcelados débitos de: (i) PIS e COFINS (compreendidos entre os períodos de abril de 2002 a maio de 2004). (ii) IRPJ (de dezembro de 2003, janeiro de 2004 e abril de 2004). (iii) CSLL (de novembro de 2003, janeiro de 2004 e abril de 2004). (iv) INSS - Contribuição adicional ao SAT. Os valores relativos a PIS/COFINS, IRPJ e CSLL haviam sido compensados com créditos de PIS e COFINS sobre locação (de setembro de 1993 a janeiro de 1999), referente a locação e montagem de bens próprios locados. A origem desses créditos baseava-se em uma decisão do Supremo Tribunal Federal que não considera locação de bens móveis como prestação de serviço. Diante da nova orientação jurisprudencial, firmada no Superior Tribunal de Justiça (1ª Seção do STJ - julgamento em setembro de 2009 do Recurso Especial nº 929.521), que pacificou o entendimento acerca da incidência da COFINS sobre as receitas auferidas com as operações de locação de bens móveis, a Companhia decidiu parcelar o montante referente aos débitos acima referidos. A consolidação dos débitos ocorreu em 29 de junho de 2011 conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 2/2011. Como consequência da adesão a esse parcelamento especial, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas sem atraso superior a três meses, e vem realizando os pagamentos das parcelas do REFIS, sobre a dívida consolidada em junho de 2011. (a) Quando da etapa preliminar de consolidação dos débitos do parcelamento, em 30 de junho de 2010, a Companhia decidiu incluir um débito de INSS tendo em vista a mudança de perspectiva de êxito da demanda de provável para remoto, segundo parecer dos consultores jurídicos externos. Ainda na etapa preliminar de consolidação dos débitos do parcelamento, foram excluídos débitos relativos a PIS e COFINS considerados como prescritos pelo consultor jurídico externo. (b) Ainda na etapa da consolidação de débitos em junho de 2011, a Companhia identificou que cinco débitos, sendo dois referentes à COFINS e três à CSLL, não haviam sido disponibilizados no sítio da Secretaria da Receita Federal do Brasil para fins de consolidação.

	Saldo em 31 de dezembro de 2017	Baixas	Adições	Atualizações SELIC	Saldo em 31 de dezembro de 2018
PIS	1.591	(409)	-	107	1.289
COFINS	4.558	(881)	-	334	4.011
IRPJ	1.855	(346)	-	137	1.646
CSLL	176	(34)	-	13	155
INSS	657	(52)	-	45	648
Total	8.837	(1.724)	-	637	7.749
Circulante	1.345	-	-	-	1.391
Não Circulante	7.492	-	-	-	6.358

**24. Tributos a pagar**

	31/12/2018	31/12/2017
PIS e COFINS	1.825	4.856
INSS	42	167
ICMS	113	178
ISS	122	133
Outros	391	117
Total	2.493	5.451

**25. Patrimônio líquido**

**a. Capital subscrito.** O capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia, em 31 de dezembro de 2018, é representado pelo valor de R\$688.319 (31 de dezembro de 2017 - R\$688.319) dividido em 175.586 mil (31 de dezembro de 2017 - 175.586 mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações de acionistas. Conforme estatuto social, fica facultado ao Conselho de Administração da Companhia aumentar o capital social até o limite de 200.000 mil ações. **a.1 Integralização de capital - Emissão de novas ações.** Em 19 de abril de 2016, o Conselho de Administração deliberou sobre a homologação do aumento de capital da Companhia, mediante subscrição particular de novas ações, aprovado na Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 5 de fevereiro de 2016 ("Aumento de Capital"). **a.2 Emissão de ações.** A emissão de ações da Companhia tem ocorrido conforme aprovação do Conselho de Administração em razão do exercício por beneficiário de opções de compra de ações. Segue abaixo a composição acionária do capital social nas datas: tributários, cíveis e trabalhistas

	31/12/2018	Porcentagem	31/12/2017	Porcentagem
Quantidade de ações (em milhares)	13.817	7,87%	13.817	7,87%
Andres Cristian Nacht¹	23.677	13,48%	23.677	13,48%
Snow Petrel S.L.	-	-	-	-
Fundo de Investimento em participações Axxon²	12.294	7,00%	12.294	7,00%
Brazil Private Equity Fund II	17.459	9,94%	17.568	10,01%
Brandes Investment Partners³	8.789	5,01%	8.788	5,01%
Fama Investimentos Ltda.⁴	-	0%	13.395	7,63%
BTG Pactual WM Gestão de Recursos Ltda.	23.044	13,12%	23.044	13,12%
Outros Signatários do Acordo de Acionistas da Companhia⁵	76.506	43,58%	63.003	35,88%
Outros	175.586	100,00 %	175.586	100,00 %

1. Em 19 de dezembro de 2017, passou a deter participação relevante de 11,79% para 7,87%, dividindo esse valor entre Antonia Nacht, Pedro Nacht e Tomas Nacht, resultando em 2.295.736 ações para cada um. 2. Em 20 de julho de 2016, passou a deter participação relevante de acordo com informação recebida oficialmente pela Companhia e divulgada à CVM. 3. Em 29 de outubro de 2018, passou a deter participação relevante de 9,94% de acordo com informação recebida oficialmente pela Companhia e divulgada à CVM. 4. Em 8 de novembro de 2017, passou a deter participação relevante de acordo com informação recebida oficialmente pela Companhia e divulgada à CVM. 5. Signatários do Acordo de Acionistas, excluindo Andres Cristian Nacht e Snow Petrel S.L. Considera a posição referente à 28/12/2016, já reportada à CVM, de acordo com a Instrução CVM nº 358/02. **b. Reservas de lucros. b.1. Reserva legal.** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **b.2. Reserva de expansão.** A reserva de expansão tem a finalidade de assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e a expansão das atividades sociais. Conforme Estatuto Social da Companhia, o limite máximo da reserva de expansão é de 80% do valor do capital social subscrito da Companhia. **b.3. Retenção de lucros.** Retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado em Assembleia Geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. **c. Reserva de capital.** A reserva de capital contém os custos de transação incorridos na captação de recursos para o capital próprio no montante de R\$15.069 líquido dos impostos, referente à distribuição pública primária de ações, reserva para prêmio de opções de ações no montante de R\$52.162, referente aos planos de *stock options* para os empregados, custo com emissão de ações em maio de 2016 no montante de R\$3.379, totalizando R\$33.714 como reserva de capital em 31 de dezembro de 2018 (em 31 de dezembro de 2017 - R\$32.964). **d. Ações em Tesouraria.** O saldo das ações em Tesouraria em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é de 2.278.422 ações no valor total de R\$20.287, composto pelo custo das ações canceladas no montante de R\$557, o valor da recompra das ações em 2015 no montante de R\$19.777 e a alienação de ações no montante de R\$47. **e. Ajuste de avaliação patrimonial.** Refere-se a provisão para benefícios pós-emprego, conforme na nota explicativa 20.b e ajuste a valor justo da Rohr, conforme nota explicativa 13.b. **f. Dividendos mínimos obrigatórios.** O Estatuto social da Companhia prevê, após as destinações, a distribuição aos acionistas de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações nº 6.404/76.

**26. Dividendos e juros sobre capital próprio**

De acordo com o Estatuto Social da Companhia é garantido aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, calculado nos termos da lei das Sociedades por Ações. A Companhia pode efetuar outras distribuições, na medida em que existirem lucros e reservas disponíveis. Todas as distribuições mencionadas poderão ser realizadas sob a forma de dividendos ou como juros sobre capital próprio, dedutíveis do imposto de renda. Em função dos resultados apurados nos exercícios de 2018 e 2017, não houve distribuição de dividendos nem juros sobre capital próprio.

**27. Prejuízo por ação**

**a. Básico.** O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	2018	2017
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da sociedade	(94.969)	(138.381)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (milhares)	160.540	160.540
Lucro (prejuízo) básico por ação provenientes das operações continuadas	(0,59)	(0,86)

**b. Diluído.** O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A sociedade tem uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: opções de compra de ações. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	2018	2017
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da sociedade	(94.969)	(138.381)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (milhares)	160.540	160.540
Lucro (prejuízo) diluído por ação provenientes das operações continuadas	(0,59)	(0,86)

As opções de ações não causaram efeito no cálculo acima em 31 de dezembro de 2018 por conta de as ações ordinárias potenciais serem antiluidoras.

**28. Receita líquida de locação, vendas e serviços**

Após estudo a administração da Companhia junto com os especialistas externos, determinaram que a IFRS 15/CPC 47 não tem impacto sobre suas receitas. As informações das receitas operacionais líquidas de vendas e serviços demonstradas abaixo se referem somente à natureza de receita por tipo de serviço:

	31/12/2018	31/12/2017
		(Reapresentado)
Locação	274.400	293.701
Vendas de novos	13.456	9.919
Venda de seminovos	29.833	38.920
Venda de seminovos (outros)	15.099	5.017
Assistência técnica	6.825	10.107
Indenizações	7.832	12.569
Outros (i)	5.722	5.405
Total receita bruta	353.166	375.638
Impostos sobre vendas e serviços	(28.974)	(27.151)
Cancelamentos e descontos	(20.004)	(52.205)
Total receita líquida	304.189	296.282

(i) Refere-se a receita com recuperação de despesas de equipamentos ou máquinas danificados pelo locatário (cliente).

**29. Custo dos produtos vendidos e serviços prestados e despesas com vendas, gerais e administrativas (por natureza)**

	2018	2017
		(Reapresentado)
Custos diretos obras	-	-
Despesas gerais e administrativas e outras	-	-
Total	-	-
Custos diretos obras	(60.409)	(61.350)
Despesas gerais e administrativas e outras	(22.009)	(22.209)
Total	(82.418)	(83.559)

	2018	2017
Natureza		
Pessoal	(50.753)	(63.063)
Terceiros	(3.046)	(24.456)
Frete	(9.245)	(6.531)
Material construção/manutenção e reparo	(32.420)	(4.177)
Aluguel de equipamentos e outros	(3.517)	(14.973)
Viagem	(1.923)	(2.987)
Custo das mercadorias	-	-
Vendas	(7.404)	-
Depreciação/Amortização	(113.359)	(13.325)
Baixa de ativos	(23.005)	(2.086)
Custo de venda de seminovos - outros	(31.257)	-
Provisão para perdas de crédito esperadas (PCE)	-	(2.274)
Plano de opção de compra de ações	-	(750)
Provisões	-	(6.994)
Provisão para participação nos lucros e resultado	-	(8.000)
Outros	3.927	(13.784)
Total	(272.002)	(163.400)

	2018	2017
Custos diretos obras	(60.409)	(61.350)
Despesas gerais e administrativas e outras	(22.009)	(22.209)
Total	(82.418)	(83.559)

**30. Perdas estimadas por valor não recuperável e valor justo**

	2018	2017
A Companhia registrou provisão por perdas estimadas por valor não recuperável, conforme quadro demonstrativo		

**MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.**



são gerenciados separadamente, pois cada negócio exige diferentes tecnologias e estratégias de mercado. As principais informações utilizadas pela Administração para avaliação do desempenho de cada segmento são: total do ativo imobilizado, pois este é que gera a receita da Companhia e lucro antes do resultado financeiro e impostos de cada segmento para avaliação do retorno desses investimentos. As informações sobre os passivos por segmento não estão sendo reportadas por não serem utilizadas pelos administradores na gestão dos segmentos. A Administração não utiliza análises por área geográfica para gestão de seus negócios. Os segmentos da Companhia possuem atividades completamente distintas, conforme descrito abaixo, logo seus ativos são específicos para cada segmento. Os ativos foram alocados em cada segmento reportável de acordo com a natureza de cada item. Em 28 de setembro de 2015, a Companhia, visando a obter ganhos de sinergia e maior produtividade, consolidou a gestão comercial das unidades de negócio Infraestrutura e Edificações. O resultado dessa consolidação foi a criação da nova unidade de negócio Construção. A partir dessa data, as informações por segmento passaram a ser apresentadas seguindo essa nova estrutura. **Unidade de negócio Construção.** A unidade de negócio Construção atua no mercado de grandes obras e no fornecimento de formas, escoramentos, equipamentos de acesso não mecanizado, plataformas cremalheiras e andaimes, sendo este fornecimento destinado ao segmento de construções residenciais e comerciais, dispondo da mais alta tecnologia em sistemas de formas, escoramentos e equipamentos especiais para execução de obras da construção civil, além de possuir o maior portfólio de produtos e serviços com soluções customizadas, que atendem às necessidades específicas de cada projeto e geram eficiência e redução de custo. Com presença em vários estados, conta com uma equipe de engenheiros e técnicos especializados que exercem papel consultivo e de apoio ao cumprimento dos cronogramas, otimização de custos e segurança, fornecendo orientação técnica e auxiliando no planejamento de obras, no detalhamento de projetos e na supervisão de montagem. **Unidade de negócio Rental.** A unidade de negócio Rental atua no mercado de locação e venda de plataformas aéreas e manipuladores telescópicos para trabalhos em altura em todos os segmentos do mercado da construção, comércio e indústria. Assegurando produtividade, rentabilidade e segurança, e dispõe da mais avançada linha de produtos para elevação de pessoas e cargas e oferece aos seus clientes treinamento de operação certificado pela IPAF (organização sem fins lucrativos que promove o uso seguro e eficaz de equipamentos de acesso aéreo em todo o mundo). Sua presença em diversas cidades brasileiras reforça não só a agilidade do seu atendimento comercial como amplia o suporte técnico por meio de profissionais certificados. As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas que as descritas no resumo das políticas contábeis significativas. A Companhia avalia o desempenho por segmento com base no lucro ou no prejuízo das operações antes dos tributos sobre o lucro, além de outros indicadores operacionais e financeiros. **Demonstração do resultado por segmento de negócio.**

	Construção		Rental		Outros(*)		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Receita líquida	100.566	114.986	203.630	181.296	(7)	-	304.189	296.282
(-) Custos	(82.252)	(100.685)	(76.391)	(83.801)	-	-	(158.643)	(184.486)
(-) Despesas	(71.865)	(79.034)	(69.845)	(65.224)	(6.091)	280	(147.801)	(143.978)
(+) Outras receitas	4.957	373	1.867	1.200	15	7	6.839	1.580
(-) Reversão estimadas por valor não recuperável e valor justo	(1.838)	1.950	(201)	1.976	-	(5.966)	(2.039)	(2.040)
(-) Provisão para perdas de créditos esperadas	(3.175)	(7.138)	904	(3.527)	(3)	67	(2.274)	(10.598)
(-) Depreciação e amortização	(58.222)	(73.102)	(68.462)	(72.618)	-	-	(126.684)	(145.720)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos	(111.829)	(142.650)	(8.498)	(40.698)	(6.086)	(5.612)	(126.413)	(188.960)
Receita financeira	7.513	15.568	6.804	14.919	134	1.361	14.451	31.848
Despesa financeira	(13.722)	(22.186)	(13.144)	(22.267)	(412)	(951)	(27.278)	(45.404)
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ/CSLL	(118.038)	(149.268)	(14.838)	(48.046)	(6.364)	(5.202)	(139.240)	(202.516)
(-) IRPJ/CSLL	37.530	47.275	4.718	15.213	2.023	1.647	44.271	64.135
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(80.508)	(101.993)	(10.120)	(32.833)	(4.341)	(3.555)	(94.969)	(138.381)
<b>Ativo por segmento de negócio</b>	<b>Construção</b>		<b>Rental</b>		<b>Outros(*)</b>		<b>Total</b>	
Imobilizado	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Custo de aquisição	495.431	671.098	664.852	672.361	-	-	1.160.283	1.343.459
(-) Depreciação acumulada	(304.775)	(374.728)	(388.064)	(329.042)	-	-	(692.839)	(703.770)
	190.656	296.370	276.788	343.319	-	-	467.444	639.689
Outros ativos	176.095	252.861	339.779	275.320	31.330	55.706	547.204	583.887
Ativo total	366.751	549.231	616.567	618.639	31.330	55.706	1.014.648	1.223.576

(\*) Trata-se de operações remanescentes da antiga unidade de negócio Serviços Industriais - SI, do valor do investimento da Rohr das vendas das Investidas Serviços Industriais - SI e Eventos.

**33. Instrumentos financeiros**

**33.1. Categoria de instrumentos financeiros.** A classificação dos instrumentos financeiros, por categoria, pode ser resumida conforme tabela a seguir:

Ativos financeiros	Classificação original de acordo com o CPC38/IAS39	Valor Justo	Valor contábil		
			31/12/2018	31/12/2017	
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Nível 1	60.635	67.826	
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	56.491	56.757	
Investimento Rohr	Disponível para venda	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Nível 3	54.451	55.234
Depósitos bancários vinculados	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	88.810	150.519	
<b>Passivos financeiros</b>					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Custo amortizado	5.712	8.870	
Debêntures	Custo amortizado	Custo amortizado	175.473	290.505	
Contas a pagar a fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado	15.703	16.898	
Planos de opções de ações	Custo amortizado	Custo amortizado	52.162	51.412	

De acordo com o modelo de gerenciamento adotado pela Companhia, a Administração entende que a classificação e mensuração dos ativos financeiros a ser adotada para a maioria das aplicações financeiras será feita a valor justo por meio do resultado e os depósitos bancários vinculados às debêntures serão classificados como custo amortizado. A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa e depósitos bancários vinculados, têm baixo risco de crédito com base nas avaliações de crédito externas das contrapartes. O investimento na Rohr é avaliado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **33.2. Valor justo dos instrumentos financeiros.** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2 - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços). • Nível 3 - inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. - Rio de Janeiro - RJ **Opinião.** Examinamos as demonstrações financeiras da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

**Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria.** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**1 - Valor recuperável de ativo imobilizado e ágio.** Conforme mencionado nas Notas Explicativas n's 2.2 (ix); 2.2 (xi); 2.2 (xii); 3.1; 14 e 15 das demonstrações financeiras.

**Principal assunto de auditoria.** A Companhia avaliou a existência de indicadores de perda por redução ao valor recuperável em relação às suas Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs"), e para o cálculo do valor recuperável de cada segmento de negócio, que inclui os valores do ativo imobilizado e ágio, utilizou-se do método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras de cada segmento. Devido às incertezas inerentes às projeções de fluxo de caixa e suas estimativas para determinar a capacidade de recuperação desses ativos, como a taxa de desconto, o crescimento econômico projetado, a inflação de custos utilizados na determinação do valor em uso dos ativos, e à complexidade do processo, o qual requer um grau significativo de julgamento por parte da Companhia, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto.** Obtivemos o entendimento do processo de preparação e revisão do orçamento e análises ao valor recuperável disponibilizadas pela Companhia. Avaliamos a razoabilidade da estimativa dos valores em uso preparada pela Companhia, da determinação das UGCs e da metodologia utilizada para o teste de redução do valor recuperável. Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas e as metodologias utilizadas pela Companhia na preparação do modelo de fluxo de caixa descontado e comparamos as premissas com dados obtidos de fontes externas como o crescimento econômico projetado para o setor, a inflação de custos e as taxas de desconto, assim como realizamos uma análise de sensibilidade sobre essas premissas e uma análise de sensibilidade na projeção de receitas e custos. Comparamos o orçamento para o ano corrente aprovado no exercício anterior com os valores reais apurados no ano corrente de forma a verificar a capacidade da Companhia em projetar resultados futuros. Comparamos a soma dos fluxos de caixa descontados com o valor registrado de ativo imobilizado e ágio da Companhia para determinação do valor em uso. Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que são aceitáveis os saldos do imobilizado e do ágio no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 tomadas em conjunto.

**2 - Valorização do investimento na Rohr.** Conforme mencionado nas Notas Explicativas n's 2.2 (iii.1, c); 3.1 e 13 das demonstrações financeiras.

**Principal assunto de auditoria.** A Companhia classifica o investimento na Rohr S.A. Estrutura Tubulares como um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Para o cálculo do valor justo desse investimento utilizou-se do método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras. Devido às incertezas inerentes às projeções de fluxo de caixa e suas estimativas para determinar o valor justo desse investimento, como a taxa de desconto, o crescimento econômico projetado, a inflação de custos, e à complexidade do processo, o qual requer um grau significativo de julgamento por parte da Companhia, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto.** Obtivemos o entendimento do processo de preparação e revisão do fluxo de caixa descontado para determinação do valor justo desse investimento. Avaliamos a razoabilidade das projeções preparadas pela Companhia e da metodologia utilizada para mensuração do valor justo do ativo financeiro. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas e as metodologias utilizadas pela Companhia na preparação do fluxo de caixa descontado e comparamos com dados obtidos de fontes externas, quando disponíveis, como o crescimento econômico projetado para o setor, a inflação de custos e as taxas de desconto, assim como realizamos uma análise de sensibilidade sobre essas premissas. Comparamos se o valor apurado como resultado do fluxo de caixa descontado do ativo foi devidamente contabilizado como valor justo desse ativo financeiro em 31 de dezembro de 2018. Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetaram a mensuração e a divulgação do valor justo desse ativo financeiro, os quais foram registrados e divulgados pela administração. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o valor justo desse investimento, classificado como um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras relativas a 31 de dezembro de 2018 tomadas em conjunto.

**3 - Impostos diferidos ativos.** Conforme mencionado nas Notas Explicativas n's 2.2 (vi); 3.3 e 21 das demonstrações financeiras.

**Principal assunto de auditoria.** A Companhia reconhece os impostos diferidos ativos com base na existência de probabilidade razoável de que gerará lucro tributável futuro para a utilização de tais ativos. Devido às incertezas inerentes ao negócio que impactam as projeções de resultado tributável futuro e suas estimativas para determinar a capacidade de recuperação desses impostos ativos diferidos e o fato de a Companhia exercer um julgamento significativo na determinação do valor dos lucros tributáveis futuros que são baseados em projeção de receita, custos e resultado financeiro, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto.** Obtivemos o entendimento do processo de preparação das projeções de lucros tributáveis futuros preparadas pela Companhia. Com o auxílio de nossos especialistas em impostos, avaliamos a natureza das diferenças temporárias, bem como da base do prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social que compõem a base tributável. Adicionalmente, envolvemos os nossos especialistas em finanças corporativas, que nos auxiliaram na avaliação das premissas e das metodologias utilizadas pela Companhia na elaboração do fluxo de caixa descontado, e comparamos as premissas com dados obtidos de fontes externas tais como o crescimento econômico projetado para o setor, a inflação de custos e as taxas de desconto, assim como realizamos uma análise de sensibilidade sobre essas premissas e uma análise de sensibilidade na projeção de receitas e custos. Comparamos o orçamento para o ano corrente aprovado no exercício anterior com os valores reais apurados no ano corrente de forma a verificar a capacidade da Companhia em projetar resultados futuros. Comparamos ainda o resultado esperado de lucro tributável futuro e o limite do valor a ser registrado como imposto diferido ativo da Companhia. Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que é aceitável o valor dos impostos diferidos ativos e as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 tomadas em conjunto.

**4 - Reconhecimento de receita de locação.** Conforme mencionados nas Notas Explicativas n's 2.2 (xvi); 3.8 e 28 das demonstrações financeiras. **Principal assunto de auditoria.** A Companhia possui receitas referentes à prestação de serviços, venda de mercadorias e locação de ativos, sendo a sua principal fonte de receita a locação de ativos. A receita de locação é

observáveis de mercado (inputs não observáveis) **a. Valor justo do caixa e equivalente de caixa.** Equivalentes de caixa são representados por aplicações financeiras junto a instituições financeiras de primeira linha e são indexados à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI. Considerando que a taxa de CDI já reflete a posição do mercado interbancário, pressupõe-se que o valor das aplicações esteja próximo de seus valores justos. **b. Valor justo do Investimento Rohr.** Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui um Investimento avaliado ao valor justo como ativo disponível para venda - Investimento Rohr, registrado no montante de R\$54.451 (R\$55.234 em 31 de dezembro 2017), conforme apresentado na nota explicativa 13. Esse instrumento financeiro é classificado no nível 3. **33.3. Instrumentos financeiros derivativos.**

Contratos em aberto	Taxa de câmbio média		Moeda estrangeira		Valor nacional		Valor justo	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
			US\$ mil		R\$mil		R\$mil	
Menos de três meses	-	3,32	-	1.399	-	4.641	-	-
De três a seis meses	-	3,33	-	265	-	882	-	-
Total	-	-	-	1.664	-	5.523	-	-

Os instrumentos derivativos contratados durante o exercício de 2018 referem-se a NDFs sobre a exportação de equipamentos conforme descrito na nota explicativa 10 para os quais foram liquidados até julho de 2018. A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constantes as demais variáveis, associadas a outros riscos. **33.4. Instrumentos financeiros ao custo amortizado. a. Empréstimos e financiamentos.** Custo amortizado de ativo ou passivo financeiro é a quantia pelo qual o ativo financeiro ou o passivo financeiro é medido no reconhecimento inicial menos os reembolsos de capital, quaisquer alterações na amortização ou juros e perdas no valor recuperável.

b. Debêntures.	Valor contábil		
	Indicador	31/12/2018	31/12/2017
Dívida			
2ª emissão de debêntures:			
2ª Série	IPCA	108.627	156.811
3ª emissão de debêntures	CDI	67.062	134.175

As classificações dos níveis hierárquicos estão demonstradas na nota explicativa 33.1.

**34. Seguros**

Em 31 de dezembro de 2018, o total da cobertura de seguros da Companhia contra riscos operacionais é de R\$1.365.824 (31 de dezembro de 2017, R\$1.284.333), R\$523.266 (31 de dezembro de 2017, R\$631.625) para danos patrimoniais e R\$110.500 (31 de dezembro de 2017, R\$110.500) para responsabilidade civil, considerados suficientes pela Administração para cobertura de seus riscos operacionais.

**35. Evento subsequente**

Foi aprovado em 22 de fevereiro de 2019, pelos titulares das debêntures de sua 2ª e 3ª emissões ("Debêntures"): (i) a anuência prévia para a incorporação, pela Companhia, da Solaris Participações, Equipamentos e Serviços S.A., no contexto da combinação de negócios divulgada em fato relevante de 21 de dezembro de 2018; (ii) a permissão para realização de operações de mútuo com suas controladas ou sociedades coligadas no montante de até R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais); (iii) a alteração do mecanismo da conta vinculada das Debêntures, prevista nos respectivos contratos de cessão fiduciária, a fim de permitir a utilização de parte de tais recursos na amortização das parcelas das Debêntures; e (iv) outras matérias relacionadas na ordem do dia, conforme atas das assembleias de debenturistas disponíveis, em sua integralidade, no site [www.mills.com.br/ri](http://www.mills.com.br/ri) e no site da CVM. A Companhia está plenamente adimplente com suas obrigações pecuniárias e não pecuniárias relativas às Debêntures e as alterações nos termos e condições das Debêntures, aprovadas nesta data, são no melhor interesse de Companhia. As Assembleias Gerais dos Acionistas da Mills e da Solaris, necessárias para o fechamento da Combinação de Negócios, serão convocadas após a verificação das demais condições precedentes.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Elio Demier - Co-presidente  
Roberto Pedote - Co-presidente  
Francisca Kjellerup Nacht - Conselheira titular  
Eduardo Luiz Wurzmann - Conselheiro independente

**CONSELHO FISCAL**

Eduardo Botelho Kiralyhegy - Presidente  
Rodrigo Fagundes Rangel - Conselheiro Titular  
Peter Edward Cortes Marsden Wilson - Conselheiro independente

**DIRETORIA ESTATUTÁRIA**

Sérgio Karya - Presidente  
James Oliver Guerreiro Carneiro - Diretor Administrativo-Financeiro e de RI  
Ricardo de Araujo Gusmão - Diretor  
Daniel Brugioni - Diretor

**RESPONSÁVEL TÉCNICO CONTÁBIL**

Sebastião Dantas Ramos - Contador CRC RJ-050305/O-3

**PARER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. ("Companhia"), no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada em 12 de março de 2019, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, e com base nos exames efetuados e no parecer, sem quaisquer ressalvas, dos Auditores Independentes relativo a tais Demonstrações Financeiras, emitido em 12 de março de 2019, e, ainda, as informações e esclarecimentos prestados por representantes da Companhia ao longo do exercício, os membros do presente órgão decidiram, por unanimidade, opinar favoravelmente acerca dos documentos referentes ao exercício de 2018, mencionados anteriormente, sem qualquer ressalva ou restrição, indicando seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária da Companhia para os devidos fins de direito. Rio de Janeiro, 12 de março de 2019.

Membros do Conselho Fiscal:  
Eduardo Botelho Kiralyhegy, Henry Stanley de Oliveira Carpenter, Peter Edward Cortes Marsden Wilson

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício de 2018. Rio de Janeiro 12 de março de 2019.

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício de 2018. Rio de Janeiro 12 de março de 2019.

reconhecida pro rata temporis no resultado mensal de forma linear de acordo com os contratos de locação de equipamentos. Este processo envolve julgamento na determinação do momento em que a Companhia satisfaz a obrigação de desempenho de reparar o controle dos bens ou serviços e quando for provável que a Companhia receberá a contraprestação à qual tem direito em troca dos bens ou serviços transferidos para a contraparte e, portanto, quando a receita deve ser reconhecida com base na medição dos serviços e locação de ativos incorridos até aquela data. Por essa razão e por sua relevância no contexto das demonstrações financeiras como um todo, consideramos esse assunto como significativo para a auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto.** Obtivemos o entendimento dos processos relacionados ao reconhecimento de receita de locação, avaliando o desenho e implementação dos controles internos. Realizamos teste de detalhe em uma amostragem selecionada com base na composição da receita, avaliando sua existência por meio de análise da documentação suporte, como contratos, faturas, documentos de medição de serviço e, quando aplicável, inspecionamos a liquidação financeira desses recebíveis reconhecidos no exercício corrente. Adicionalmente, realizamos teste de detalhe sobre os critérios de reconhecimento de receita referentes às vendas realizadas próximas da data de encerramento do exercício social (teste de "corte" da receita). Nosso trabalho incluiu a análise da documentação suporte principalmente quanto à medição de serviços. Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas. Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, identificamos ajustes que afetam a mensuração e a divulgação da receita com locação de ativos os quais não foram registrados e divulgados pela administração, por terem sido considerados imateriais. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento da receita de locação e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. **Outros assuntos. Demonstrações do valor adicionado.** As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor.** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras.** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia em continuar operando e divulgando os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras,